

1º Semestre
vol.04, n.01

2019

Mundo Econômico

Entender como a inovação pode ajudar o desenvolvimento maranhense é uma discussão que precisa estar posta, uma vez que a apropriação dos benefícios da inovação não são ausentes de ônus, bem como seus impactos sobre a sociedade também não são homogêneos. Mas é indiscutível que as revoluções tecnológicas são um dado da vida que devem, e é bom que seja assim, revolucionar os hábitos do nosso cotidiano. Entender como isso afeta o emprego e como o gasto público pode atenuar as externalidades negativas desse processo é o grande desafio que devemos enfrentar.

“ A todos uma ótima leitura!”

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO MARANHÃO

Presidente

Luiz Augusto Lopes Espíndola

Vice-presidente

Eden do Carmo Soares Júnior

Conselheiros Efetivos:

Carlos Eduardo Nascimento Campos

Felipe Macedo de Holanda

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Frednan Bezerra dos Santos

Raphaella Sereno Silva

Clodomir Cunha Ladeira

José Tavares Bezerra Junior

José Lúcio Alves Silveira

Luiz Fernandes Lopes

Conselheiros Suplentes:

Daniel Roosevelt Oliveira Sá

Joçara Felipe de Paula

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Júnior

André Fernandes Rocha Serra

Jessé Sales Rêgo

Fernando Reis Babilônia

João Carlos de Souza Marques

Raquel Susana Lobato Muniz

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO MARANHÃO - Acadêmico

Presidente

Matheus Pedrosa Carneiro da Silva

Vice-Presidente

Paulo Roberto Carneiro de Sá

Brenda Brito Neves - Tesoureira

Altivo Pereira Dias Neto - Diretor de comunicação

Haniel Ericeira Rodrigues - Conselheiro

Rodrigo Queiroz Costa - Conselheiro

Marlon Aires Dias - Conselheiro

Mário Henrique Silva de Sousa - Conselheiro

Safira Cardoso Carvalho - Conselheiro

Corpo Editorial

Coordenação e Editoração

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

João Carlos Souza Marques

Carlos Eduardo Nascimento Campos

Rodrigo Leite Cruz

Curadores

Carlos Eduardo Nascimento Campos

Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias

Erivam de Jesus R. P. Junior

João Carlos Souza Marques

Marlana Rodrigues Portilho

Designer

Leonardo Henrique Martins Silva

Revisão

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

Conselho Editorial

Dr. Antônio Cesar Ortega - UFU

Dr. Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas - UFMA

Dr. Farid Eid - IFPA

Prof. Dr. Felipe Macedo de Holanda UFMA

Dra. Flávia Rebelo Mochel - UFMA

Dr. Glauber Lopes Xavier - UEG

Dr. Heric Santos Hossoé - UFMA

Dr. Murilo José de Souza Pires - IPEA

Dr. Rodrigo Gustavo de Souza - UFMA

Revista Mundo Econômico [Recurso Eletrônico].

Conselho Regional de Economia do Maranhão - CORECON-MA. São Luís, v. 4, n. 1, jan./jun., 2019.

Semestral

ISSN 25944592

1. Economia - Periódicos. 2. Planejamento- Periódicos. 3. Maranhão I. Título.

CDU: 33 (812.1)

Atualmente, alguns temas tomaram com profusão a discussão pública. O emprego, o gasto público e a inovação talvez sejam, de longe, os temas mais proeminentes. Do ponto de vista do mercado de trabalho, essa proeminência deve-se, muito provavelmente, pelo impacto mais direto no cotidiano das nossas vidas, pelo valor simbólico e sócio-político de estar inserido na sociedade salarial, qualquer que seja sua posição na estrutura ocupacional.

Pelo lado do gasto público, a política fiscal, é um tema abaulado, principalmente pelas implicações dadas pela restrição orçamentária que impactam as políticas públicas que chegam até nós. Já a inovação é um tema com enorme envergadura, principalmente em função das revoluções tecnológicas que alteram, muito rapidamente, nossos hábitos fundamentais.

O interesse pela análise da dinâmica do mercado de trabalho, responde à necessidade de entender o que está acontecendo e como isso afeta a atividade econômica. Isso é importante, principalmente do ponto de vista da análise comparativa, à medida que permite identificar semelhanças e heterogeneidades importantes. É exatamente o que faz o artigo "CRIAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE EMPREGOS NO NORDESTE: uma análise do período de 2001 a 2016", assinado por Beatriz L. Machado, analisando a dinâmica do mercado de trabalho formal a partir de uma perspectiva estrutural, identificando tendências, ciclos e os setores protagonistas pelo processo de expansão do emprego, bem como àqueles que promovem a inflexão desses ciclos.

Numa outra perspectiva, o artigo "MERCADO DE TRABALHO EM ANGOLA: dinâmica contemporânea e informalidade", assinado por Anacleto Anibal Xavier Domingos, propõe descrever o que vem acontecendo na economia angolana, considerando o processo de informalidade, as mudanças na composição setorial e o conflito distributivo esboçado pela estrutura de apropriação da renda nacional.

O artigo "MARANHÃO: PIB, investimento público e comércio exterior (2011-2018).", assinado por Vinicius Nunes Coimbra, Roberto Gonçalves Brito de Jesus e Silvio Henrique Silva Caldas, analisa o gasto público, a partir da comparação entre dois governos importantes, governo Roseana Sarney (2011 a 2014) e o governo Flávio Dino (2015 a 2018), destacando o investimento público em obras e instalações e a relação com o nível de atividade econômica, bem como a responsabilidade fiscal em cada governo.

"O diálogo sobre investimentos se expande com a discussão de Matheus Pedrosa Carneiro da Silva, no artigo INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO: Vantagens e desvantagens para empresas e países, que analisa e apresenta o movimento de internacionalização do capital, através dos investimentos diretos estrangeiros, elencando alguns de seus principais pontos positivos e negativos dessa modalidade de investimento no país.

A discussão sobre inovação destaca um estudo de caso contemporâneo, a experiência do transporte através do UBER. O artigo assinado por Jersiton Tiago, "A INOVAÇÃO DESTRUTIVA CONTORNANDO AS EXTERNALIDADES DO MERCADO DE TÁXI: a experiência UBER", enfatiza os benefícios trazidos do ponto de vista microeconômico, recomenda aspectos regulatórios importantes e caracteriza a experiência como um fenômeno que promove desenvolvimento no sentido schumpeteriano, a chamada destruição criadora.

Prof. Dr.º Alessandro Sousa Brito





Artigo 01

p.4 A INOVAÇÃO DESTRUTIVA
CONTORNANDO AS EXTERNALI-
DADES DO MERCADO DE TÁXI: A
EXPERIÊNCIA UBER

Autores:

Jersiton Tiago Pereira Matos

Artigo 02

p.13 MARANHÃO: PIB, inves-
timento público e comércio
exterior (2011-2018).

Autores:

Vinicius Nunes Coimbra
Roberto Gonçalves Brito de Jesus
Silvio Henrique Silva Caldas

Artigo 03

p.22 CRIAÇÃO E DES-
TRUIÇÃO DE EMPREGOS NO
NORDESTE: uma análise do
período de 2001 a 2016

Autores:

Beatriz Lima Machado
Alexsandro Sousa Brito

Artigo 04

p.31 MERCADO DE TRABA-
LHO EM ANGOLA: DINÂMICA
CONTEMPORÂNEA E INFOR-
MALIDADE.

Autores:

Anacleto Anibal Xavier Domingos
Ricardo Zimbrão Affonso de Paula
Alexandro Sousa Brito

Artigo 05

p.41 INVESTIMENTO DIRETO
ESTRANGEIRO: VANTAGENS E
DESVANTAGENS PARA EMPRE-
SAS E PAÍSES

Autores:

Matheus Pedrosa Carneiro da Silva

Indicação Bibliográfica

p.50 ECONOMIA BRASI-
LEIRA, DESENVOLVIMENTO
& INTEGRAÇÃO SUL-AMERI-
CANA

Autores:

João Carlos Souza Marques
Renan Lessa da Costa

Autores:

1 Jersiton Tiago Pereira Matos

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A INOVAÇÃO DESTRUTIVA CON- TORNANDO AS EXTERNALIDADES DO MERCADO DE TÁXI: A EXPE- RIÊNCIA UBER

O artigo conclui que qualquer regulação imposta a esse tipo de tecnologia se torna defasada, pois a própria característica inovadora do Uber é solucionar as imperfeições do mercado de táxi. [...]

As novas tecnologias promoveram uma evolução geral no modo de vida da sociedade e não tardou para que se evidenciassem as suas utilidades nas mais variadas esferas de atuação humana. Assim, com a chegada do aplicativo Uber, revolucionou-se a forma como as pessoas são transportadas, de modo a apresentar novas alternativas frente às deficiências apresentadas pelo mercado de corridas monopolizado pelos motoristas de táxi. Posto isto, o objetivo deste artigo é descrever o processo de inovação destrutiva observado com o advento do sistema de caronas pagas conhecido como Uber, que, em consonância com os conceitos sobre inovação de Joseph A. Schumpeter, caracteriza-se como um mecanismo de destruição criativa. Além disso, objetiva-se demonstrar a partir de uma análise de equilíbrio parcial os benefícios concedidos à população com base no desenvolvimento do aplicativo supracitado. O artigo conclui que qualquer regulação imposta a esse tipo de tecnologia se torna defasada, pois a própria característica inovadora do Uber é solucionar as imperfeições do mercado de táxi.

Palavras-chave: Uber. Equilíbrio. Inovação. Externalidades. Regulamentação.

1. A Inovação Destrutiva Contornando as Externalidade do Mercado de Táxi: A Experiência Uber

Ao longo da história, com frequência, as tecnologias se apresentaram como agentes modificadores dos meios de transporte. Na atualidade, os inúmeros problemas apresentados pela configuração dos modais de locomoção vigentes fomentaram nas mentes inovadoras dos programadores alternativas para os consumidores, dentre essas, tem-se o Uber.

O aplicativo para smartphone conecta passageiros a motoristas por intermédio de um sistema de geolocalização (GPS) e efetua a cobrança a partir do mesmo, que calcula o valor da corrida de acordo com a duração da viagem e com a distância que será percorrida adicionando uma taxa mínima para a corrida. Ademais, um diferencial do Uber é que ele apresenta também um “preço dinâmico” que flutua para mais ou para menos dependendo dos deslocamentos da oferta ou da demanda. Tais mecanismos abordam as deficiências apresentadas pelo serviço de táxi e, em consequência disso, espera-se que essas insuficiências, a longo prazo, sejam supridas pelo uso generalizado dessas tecnologias.

Dessa forma, ressalta-se a importância da destruição criativa idealizada por Joseph A. Schumpeter (1997), como um mecanismo que visa a ruptura de “paradigmas econômicos” que retardam o desenvolvimento tecnológico. Acerca do debate em torno das novas tecnologias e

sua atuação diante dos problemas econômicos, é importante salientar que elas figuram novas imagens da sociedade, portanto, novos fenômenos a serem abordados pelas ciências sociais. À vista dos pontos mencionados, a difusão do Uber se destacou frente às autoridades públicas em diversos países, em razão dos seus efeitos serem notados para além da esfera mercadológica, adentrando aos tribunais em questões judiciais.

A partir disso, pode-se supor que a classe mais ameaçada pelo ritmo inovador do Capitalismo foi a dos taxistas, que opera sob uma legislação reguladora, cuja argumentação se embasa na afirmação de que a Uber presta um serviço clandestino, visto que não segue a legislação vigente para o transporte individual. No âmbito brasileiro, após várias batalhas judiciais, a empresa garantiu o direito de operar no país.

Nesse ponto, é importante destacar que não obstante a atenção das autoridades reguladoras esteja focada nos possíveis problemas causados pelo aplicativo, faz-se mister que os legisladores compreendam que a regulamentação desse serviço configura como algo prejudicial ao papel desempenhado pela inovação destrutiva, à luz dos ideais schumpeterianos, na resolução de problemas apresentados pelo mercado.

Acerca da metodologia do artigo, o mesmo busca construir hipóteses próximas da realidade revisando a discussão e os resultados atrelados à seguinte literatura: para uma interpretação a mais das obras schumpeterianas que abarcam a questão da inovação, observa-se o trabalho recente de Serrano e Baldanza (2017). Por conseguinte, para tratar da transmissão de benefícios, faz-se necessário citar um dos trabalhos mais relevantes quando o assunto é o impacto do Uber no mercado de táxi: tal discussão é elaborada Esteves (2015) e, embasa a argumentação de um caráter corretivo desse tipo de mecanismo. No que tange as carac

terísticas do Uber, um trabalho muito conceituado na academia de Cramer e Krueger (2016) define muito bem como esses aspectos particulares do aplicativo garantiram o seu sucesso. A argumentação que é construída em torno das deficiências do mercado de táxi, assegura seu embasamento no trabalho de Bekken e Longva (2003) que tiveram o cuidado de observar os fenômenos acerca da desregulamentação dos táxis, tendo em vista, as características de cada cidade analisada. Por fim, as colocações teóricas sobre a dinâmica das cidades são delegadas a Brueckner (2011), em que se busca a compreensão dos modelos de equilíbrio urbano.

Na seção que inicia o desenvolvimento do presente artigo, aborda-se a posição do aplicativo no contexto de inovação destrutiva, ou seja, um mecanismo que otimiza sua utilidade vis-à-vis determinados bens e serviços que possam estar sendo ineficientes, tendo em vista a nova realidade tecnológica proporcionada pela economia do compartilhamento. A seção seguinte aborda a maneira como os benefícios proporcionados pela adoção do uso do Uber no cotidiano são transmitidos à população, na forma de ganhos de bem-estar. Em seguida, a quarta seção oferece, baseada na análise de equilíbrio urbano, a formulação de um cenário que permite observar os efeitos da desregulamentação do mercado de táxi. Por conseguinte, a quinta seção trata do Uber como algo inalcançável pela legislação que regulamenta o mercado de táxi. À vista dos pontos mencionados, as notas conclusivas iteram o que foi abordado no desenvolvimento do artigo.

2. Caracterizando o Uber Como uma Inovação Destrutiva

Em 2009, Travis Kalanick e Genett Camp criaram a empresa Uber, que utiliza um aplicativo móvel para conectar passageiros e motoristas em prol do transporte remunerado de pessoas. Tal empresa dominou o mercado rapidamente devido ao seu *modus operandi* figurar como atrativo aos olhos dos consumidores. Nesse cenário, o sucesso do Uber é explicado por sua proximidade com as “novas combinações” descritas por Schumpeter a seguir:

O desenvolvimento, no sentido que lhe damos, é definido então pela realização de novas combinações. Esse conceito engloba os cinco casos seguintes: 1) Introdução de um novo bem [...] ou uma nova qualidade de um bem; 2) Introdução de um novo método de produção, [...] e pode consistir também em uma nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria; 3) Abertura de um novo mercado [...]; 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matéria prima ou de bens semimanufaturados [...]; 5) Estabelecimento de uma nova organização em uma indústria, como a criação de um monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio (SCHUMPETER, 1997, p. 76).

Essa ideia de novas combinações foi concebida numa explanação acerca das características da produção de valores em uma economia capitalista pautada no agente da mudança: o empreendedor, que visando a finalidade da produção caracterizada pela satisfação de necessi-

dades, busca produzir bens utilizando métodos diferentes e materiais diferentes. As etapas desse processo apresentando uma continuidade ou uma forma descontínua, definem o caráter do processo, de crescimento no primeiro caso e de desenvolvimento no segundo.

No que tange ao caráter instável da ordem econômica, o autor escreve: "O Capitalismo é por natureza uma forma ou método de mudança econômica e nunca poderá ser estacionário" (SCHUMPETER, 2003, p. 82, tradução nossa). Assim sendo, compreende-se que a criação e a introdução de outros novos valores acarretam momentos de instabilidade no fluxo da economia, que tende a retornar para a situação de equilíbrio, mas que, posteriormente, fica suscetível a ser afetada novamente em decorrência da introdução de novos valores. (SERRANO; BALDANZA, 2017, p. 39).

Dentro do campo de análise schumpeteriano acerca das combinações que caracterizam uma inovação destrutiva, pode-se perceber que a Uber apresenta todas elas: (i) adaptação dos serviços prestados pelos taxistas, apresentando redução nos preços das corridas e possibilidade de escolha das características do veículo; (ii) uma nova forma de comercialização do serviço de táxi visto que a introdução dos smartphones acarretou uma mudança significativa na forma como os passageiros encontravam suas corridas; (iii) originou o seu próprio mercado, o que pode ser observado no estudo elaborado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em que o rendimento médio dos taxistas se manteve estável devido a fatores como, em primeiro lugar, uma legislação muito rígida e, em segundo, a contestação da legalidade dos serviços prestados pela Uber, retendo efeitos imediatos sobre os preços. Assim sendo, fica bem claro que principal parcela dos clientes dela é formada por no-

vos consumidores; (iv) analogamente, podemos conceber os veículos (bens de capital) como uma espécie de "matéria-prima" já que Schumpeter não podia considerar todos os fenômenos. Nesse caso, a empresa apoderou-se dos carros que não estavam em uso pleno, reduzindo o período de ociosidade desses bens; (v) o advento dessa tecnologia acarretou a fragmentação do mercado de corridas monopolizado pelas companhias de táxi, gerando processos judiciais contra a empresa e até mesmo casos de agressão física contra os motoristas. Dito isto, fica claro que a referida empresa configura em todos os casos como agente de instabilidade frente ao processo de destruição criativa descrito por Schumpeter.

4. O Papel Corretivo da Inovação

O advento das startups e sua expansão (empresas de tecnologia, especializadas na fabricação e atualização de apps) que se intensificou a partir de 2009, tornou cada vez mais evidente a forma como o capitalismo em seu processo de mudança modela os novos mecanismos de comercialização de produtos. A recente economia do compartilhamento é um exemplo de alteração brusca no processo de consumo de determinados produtos. Tendo isso em vista, observa-se uma certa característica em comum entre o produto dessas empresas de tecnologia. Nota-se não somente uma busca por mercado e lucro em abundância (que são a máxima da economia neoclássica para uma firma que busca a maximização de lucro), mas também, a devida preocupação com o seio da economia que estão adentrando, suas singularidades e suas imperfeições.

Para exemplificar, uma empresa do ramo de áudio: a Spotify que emergiu como a solução final para a pirataria online (a cópia de multimídias sem a devida autorização dos detentores do direito de autoria), onde seu papel é ofertar produtos (multimídias) por meio de um serviço de streaming, ou seja, o usuário dispõe do arquivo temporariamente, algo permitido, caso esteja conectado à internet. A Netflix no ramo audiovisual segue o mesmo princípio. Partindo disso, pode-se ter intuitivamente, a percepção do caráter corretivo desse tipo de tecnologia, caracterizando como foco principal a resolução de um problema.

Tendo isso em vista, deve-se conceber que o Uber, desenvolvendo-se juntamente com vários outros apps e compartilhando dessa característica, também venha demonstrar sua capacidade na correção das imperfeições do mercado de táxi. À vista do que é mencionado no corpo deste artigo, fica mais evidente tal argumentação.

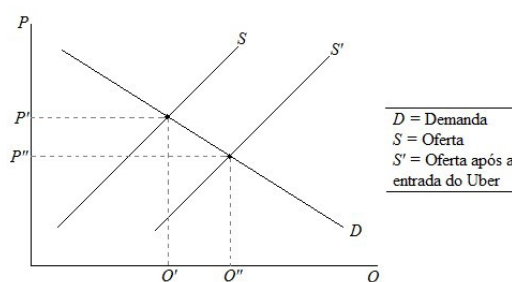
5. Uma Análise de Equilíbrio Parcial

No que se refere à economia do compartilhamento, sabe-se que ela se baseia na repartição e no reuso de bens e de serviços, de modo a dissociar o uso deles da sua aquisição. Nesse sentido, beneficiam-se tanto consumidores quanto ofertantes. Os primeiros são beneficiados posto que podem usufruir de bens e de serviços temporariamente, com um leque de opções mais amplo e com preços reduzidos. Já aos segundos é assegurado um acesso direto ao mercado consumidor (RESENDE; LIMA, 2018, p. 9).

Dessa forma, sob o respaldo da teoria microeconômica, dispõem-se métodos de análises de mercado a partir do estudo dos deslocamen-

tos entre oferta e demanda. Dito isso, o advento do sistema de caronas pagas trouxe inúmeros benefícios facilmente verificáveis para o bem-estar público: (i) maior oferta de substitutos aos carros particulares e táxis; (ii) redução nos preços das corridas de táxi e no aluguel de carros particulares permitindo a entrada de consumidores que antes não utilizavam esse meio de transporte (ESTEVES, 2015, p. 329). Ressalta-se que esse efeito pode ser de curto prazo, enquanto temos grande oferta de veículos, frente a uma demanda potencial menor. No caso dos aluguéis o preço se reduz devido a uma diminuição na demanda no curto prazo, devido a relação de substituição que existe entre os preços, ou seja, admite-se que a troca dos carros alugados, estimularia uma redução no preço, a fim de aproximar-se da situação de equilíbrio anterior. Tais benefícios são sustentados a priori devido a três fatores que garantiram o aumento da taxa de utilização desse tipo de serviço: (i) maior eficiência tecnológica no quesito emparelhamento (matching) entre motorista e passageiro; (ii) motoristas de Uber em larga escala permitindo corridas mais rápidas; (iii) modelo pautado em oferta de trabalho flexível e precificação que determina o valor das corridas mediante o equilíbrio entre oferta e demanda ao longo do dia (CRAMER; KRUEGER, 2016, p. 3).

Figura 1 – Equilíbrio hipotético do mercado de corridas após a entrada do Uber.



Fonte: Elaboração própria, com base na teoria neoclássica (BROWNING; ZUPAN, 2004).

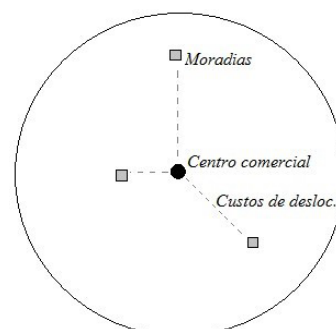
6. Um Novo Cenário: A Desregulamentação do Mercado de Táxis

É interessante criar hipóteses acerca da superioridade do Uber frente os modais de transporte convencionais. Para isso, é analisado um cenário onde o táxi passou por um processo de desregulamentação gradual, obviamente, observando características da localidade onde estavam inseridos. O estudo que embasa a hipótese de que o serviço prestado pela Uber apresenta maiores vantagens no que tange processos regulatórios baseia-se em observações coletadas em países europeus, os quais apresentaram fenômenos em comum. De acordo com a literatura concernente aos processos de desregulamentação tarifária e sobre a entrada no serviço de táxi (BEKKEN; LONGVA, 2003), tornaram-se visíveis os seguintes resultados: (i) os requerimentos de qualidade, mesmo que de forma branda, podem causar barreiras à entrada; (ii) ocorreu um aumento nos preços onde se observou que os preços máximos represavam potenciais aumentos.

O fato inesperado no item ii, nesse caso, demonstra a ineficiência da análise de equilíbrio parcial, ou seja, impede a compreensão dos fenômenos mencionados por meio do modelo utilizado na seção 4, isso ocorre devido à falta de um elemento teórico básico: as variações no custo de deslocamento causadas pelo processo de crescimento das cidades, que ainda é um processo a ser levado em consideração, devido a tendência recente do espaço urbano em definir-se pela expansão do número de centros comerciais, detentores dos empregos. Esse fenômeno em primeira

instância define a alocação de moradias e, por conseguinte, determina o custo de deslocamento dos trabalhadores como uma função do preço dos aluguéis das moradias (BRUECKNER, 2011, p. 23-50).

Figura 2 – Representação esquemática dos custos de deslocamentos em relação ao centro comercial.



Fonte: Elaboração própria.

Esse fenômeno de crescimento é conhecido como sprawl urbano (espraçamento). A fim de evitar aumentos nos custos de moradia e transporte, formuladores de políticas procuram desenvolver mecanismos para atenuar o processo de expansão das cidades. Entretanto, a adoção de políticas anti-sprawl pode ocasionar, no longo prazo, externalidades negativas de consumo caracterizadas pelo congestionamento de bens públicos. Nesse ínterim, tem-se uma externalidade de consumo em uma situação econômica desde que o consumidor se preocupe diretamente com o consumo do outro agente, de modo a acarretar a imposição de custos externos (aumento dos níveis de poluição e no preço monetário em termos de custo de oportunidade do tempo que se gasta à espera no trânsito), nesse caso, a outros motoristas.

O mercado de caronas pagas é operacionalizado por meio de aplicativos de smartphones, logo tende a operar exclusivamente no segmento de transporte individual conectando diretamente passageiros a motoristas, ou seja, não concorre com os espaços dedicados aos

pontos de táxi e nem circula pelas vias públicas em busca de passageiros. Caso ocorra a substituição do serviço de táxi e do aluguel de carros particulares pelo mecanismo de caronas pagas, usado principalmente para levar as pessoas de seus domicílios para os locais de trabalho (geralmente nos centros), a demanda por estacionamento nos centros das cidades tenderia a ser reduzida, abrindo assim espaço para um maior grau de adensamento nos centros urbanos, além de maior compactação das cidades (ESTEVES, 2015, p. 334).

Posto isso, observa-se que o mercado oferece ao formulador de políticas urbanas uma alternativa que contribui para a suavização desse problema, além de se demonstrar um caminho promissor para a redução dos custos de poluição nos grandes centros urbanos. Também pode-se colocar a hipótese de que no longo prazo seja possível a substituição do transporte coletivo pelo Uber, expulsando veículos de maior porte das vias públicas (diminuindo sua contribuição para os congestionamentos) e reduzindo, também, a superlotação desse tipo de modal de transporte. À vista do que foi descrito nessa seção é nítida a inviabilidade da desregulamentação desse segmento (táxi). Dessa forma, o mercado se encarrega de prover um substituto capaz de existir além de uma legislação regulatória.

7. Contornando a Regulação

Em abril de 2015, o juiz de direito Roberto Corcioli Filho determinou, por meio de uma medida cautelar, a suspensão do aplicativo Uber em todo o território nacional, declarando que a companhia estava provendo um serviço clandestino que afrontava a legislação regulamentadora da atividade de taxista. No entanto, um mês depois, em maio de 2015, a juíza Fernanda Gomes Machado indeferiu a liminar de proibição do Uber, alegando ilegitimidade ativa e falta de interesse de agir, ou seja, sem dar a devida atenção às particularidades do caso. O princípio da ilegitimidade atesta que tal decisão poderia ser tomada apenas pelo Ministério Público (SILVA; ANDRADE, 2017, p. 4).

Outrossim, o mercado de táxi é regulado, visto que apresenta falhas de mercado (anomalias derivadas de situações onde as características dos bens são desconhecidas ou do próprio funcionamento do mercado) que causam grande impacto aos consumidores, de forma direta e indireta: (i) a proteção física dos consumidores que implica na exigência de padrões de qualidade para motoristas e veículos; (ii) a proteção econômica dos consumidores, (informação assimétrica)⁹ pois o consumidor tem sua capacidade de negociação do preço agravada pela situação de desvantagem perante ao motorista; (iii) congestionamentos, assim, os taxistas são alocados em pontos específicos da cidade (pontos de táxi) a fim de atenuar esse problema (BEKKEN; LONGVA, 2003, p. 9).

Pode-se enumerar argumentos contrários a regulação do serviço prestado pela Uber: (i) a regulação é cara; (ii) a regulação confere posições

de poder e proteção; onde essas posições de poder serviram como um prêmio para aqueles que detêm as licenças. (iii) os controles aplicados ao mercado de táxi não são aplicáveis a outros mercados similares, um exemplo: Já que o Uber não possui a necessidade expressa de trafegar em vias públicas em busca de passageiros, não se vê necessária a criação de “pontos de uber”, locais onde deveriam ficar estacionados a fim de não contribuírem para o congestionamento das vias. Partindo disso, a própria adequação dos motoristas do Uber à legislação aplicada aos taxistas torna-se inviável, tendo em vista que a inovação nas formas de deslocamento proporcionadas por esse tipo de tecnologia existe em parte para extinguir as deficiências apresentadas pelo serviço de táxi.

Em face dessas preocupações já enfrentadas pelo poder público no que se refere aos motoristas de táxi, as empresas que prestam serviço de caronas pagas, como a Uber, desenvolveram sistemas capazes de atenuar esses problemas, que permitem: (i) ter acesso ao perfil do motorista; (ii) declinar da corrida; (iii) avaliar o desempenho do motorista; (iv) monitorar o trajeto via GPS; (v) ter informação sobre a duração da viagem e; (vi) conhecer o preço da corrida antes de entrar no veículo. Nesse contexto, espera-se que, no longo prazo, as imperfeições do mercado de táxis sejam corrigidas pelo sistema usado nas caronas pagas, haja vista a sua eficácia na resolução de problemas desse tipo. A partir da solução desses problemas, a regulação sobre essa modalidade de serviço se torna ilegítima e passa a refletir a atividade lobista dos taxistas, viabilizada pelo conluio com autoridades reguladoras e legislativas (ESTEVES, 2015, p. 327).

8. Conclusão

Conclui-se, desse modo, que o Uber é uma inovação destrutiva que demonstrou ser uma alternativa diante dos problemas enfrentados pelas pessoas durante as suas idas e vindas do trabalho. A instabilidade causada pela entrada do Uber no mercado de corridas é um dos fatores que permite classificá-lo como algo inovador, sendo a característica “destrutiva” da inovação notada com a própria supressão do mercado de táxi e todas as suas imperfeições.

É importante salientar um outro papel exercido pela Uber após sua entrada no mercado mundial, o qual podemos entender como um caráter de correção, ou seja, mostrando-se como um serviço que busca se basear nas imperfeições do mercado que está interferindo.

Esta é a característica principal de outras startups, como a Netflix no mercado de entretenimento visual, o Airbnb no mercado de aluguéis de imóveis e o Spotify no ramo musical, aplicativos esses que buscam atenuar características indesejáveis a seus respectivos mercados. Um caso interessante é o serviço de streaming de músicas já citado, o Spotify, que revolucionou a forma de se comercializar música, se mostrando um forte aliado no combate à pirataria.

Tendo em vista os aspectos mencionados, a teoria econômica é o alicerce para a compreensão dos mais variados fenômenos e, no caso em questão, permitiu a produção de hipóteses condiscentes com a realidade, e também alicerçou os benefícios transmitidos aos consumidores, como a maior oferta do serviço e a redução nos preços, algo que foi comprovado empiricamente por outros estudos.

Em vias de conclusão, observar os benefícios do Uber pela comparação com o mercado de

táxi revelou o quão defasada se torna a regulação para o serviço do aplicativo. Nesse sentido, vários pontos devem ser considerados pelos órgãos reguladores com o fito de se evitar novas proibições a prestação do serviço, como: (i) o custo da regulação; (ii) a supressão da concorrência, (algo que desencadeia perdas de bem-estar para a população); (iii) o próprio combate à desocupação, já que o Uber propicia um maior uso dos fatores disponíveis. No cenário brasileiro, os movimentos causados pela instabilidade provocada com a difusão do uso do aplicativo levantou olhares sobre o lobby entre autoridades legislativas e taxistas.

REFERÊNCIAS

BEKKEN, J.; LONGVA, F. Impact of taxi market regulation. Oslo: TOI Report, 2003.

BROWNING, K. E.; ZUPAN, A. M. Microeconomia: Teoria & Aplicações. Tradução de Bruna C. Caloi e Leila A. Rangel. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2004.

BRUECKNER, J. Lectures on urban economics. Cambridge: MIT Press, 2011.

CRAMER, J.; KRUEGER, A. Disruptive Change In The Taxi Business: The Case of Uber. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2016.

ESTEVES, A. L. Uber: o mercado de transporte individual de passageiros - regulação, externalidades e equilíbrio urbano. Rio de Janeiro: Revista de Direito Administrativo, v. 270, p. 325-361, 2015.

MARSHALL, J. How to Break Up Traffic Jams. New York: Wall Street Journal, 1986.

RESENDE, M. G.; LIMA, R. Efeitos Concorrenciais da Economia do Compartilhamento no Brasil: A entrada da Uber afetou o mercado de aplicativos de táxi entre 2014 e 2016?. Brasília: DEE/CADE, 2018.

SCHUMPETER, J. A. Capitalism, Socialism And Democracy. New York: Taylor & Francis E-library, 2003.

_____. Teoria Do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1997.

SERRANO, P.; BALDANZA, R. Tecnologias Disruptivas: O Caso Uber. Rio de Janeiro: Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 11, n. 5, p. 37-48 2017.

SILVA, L.; ANDRADE, M. How does the ride-hailing systems demand affect individual transport regulation? Recife: Centro de Tecnologia e Geociências, Universidade Federal de Pernambuco, Cidade Universitária, 2017.

SILVA, L.; ANDRADE, M.; MAIA, M. Conflitos de regulação entre os serviços de táxi e o Uber no Brasil: Disputa de mercado sem foco na qualidade da mobilidade urbana. Recife: Centro de Tecnologia e Geociências, Universidade Federal de Pernambuco, Cidade Universitária, 2013.

TJSP. Sentença, Cautela Inominada - Liminar, 19ª vara cível, Processo nº 1040391-49.2015.8.26.0100, 2015.

Autores:

¹ Vinícius Nunes Coimbra

² Roberto Gonçalves Brito de Jesus

³ Silvio Henrique Silva Caldas

¹ Discente do curso de Ciências Econômicas da UFMA

² Discente do curso de Ciências Econômicas da UFMA

³ Discente do curso de Ciências Econômicas da UFMA

MARANHÃO: PIB, investimento público e comércio exterior (2011-2018).

Um breve apontamento teórico a respeito da importância do gasto público. Análise sobre o gasto público no estado do Maranhão no período de 2011 a 2018, estacando, para efeito de comparação, [...]

Um breve apontamento teórico a respeito da importância do gasto público. Análise sobre o gasto público no estado do Maranhão no período de 2011 a 2018, estacando, para efeito de comparação, o primeiro, o Governo Roseana Sarney (2011 a 2014), e o segundo, o Governo Flávio Dino (2015 a 2018). Faz-se uso de dados macroeconômicos relativos ao Estado do Maranhão, analisando como cada governo utilizou-se do instrumento do gasto público, principalmente gastos em investimentos e quais resultados obtiveram considerando suas diferentes situações conjunturais. O investimento estadual em obras e instalações não apresenta relação direta com o crescimento do PIB do Maranhão. Observa-se relação forte e direta entre o comércio exterior e o crescimento do PIB do Maranhão.

Palavras-chave: Maranhão. PIB. Investimento Público. Despesa Pública. Resultado Primário. Exportações Líquidas.

1. Introdução

O gasto público suscita, há muito tempo, na literatura econômica, discussões sobre sua utilização como ferramenta para fomentar a atividade econômica. Temos na literatura econômica correntes de pensamento que entendem que o gasto público é um importante instrumento a ser utilizado na promoção do crescimento econômico e outras correntes que defendem que sua utilização gera mais impactos negativos que positivos e por isso deve ser controlado. Tem-se por objetivo, neste artigo, analisar, no estado do Maranhão, entre o período de 2011 a 2018, a evolução do gasto público com investimentos, precisamente em Obras e Instalações, para fomentar a atividade econômica e como este gasto vem tendo impacto na economia, nesse mesmo período. Para isso, faz-se uso de determinados dados macroeconômicos relativos ao estado do Maranhão, comparando-os e demonstrando quais fizeram ou não efeito na economia nesse mesmo período. Destaca-se, também, para efeito de comparação, dois governos distintos nesse recorte de tempo. O primeiro que vai de 2011 a 2014, que compreende o quarto Governo Roseana Sarney, e o segundo que vai de 2015 a 2018, que compreende o primeiro Governo Flávio Dino. Deve-se observar que esses dois governos se encontram em situações conjunturais diferentes e que, portanto, distinguem-se na utilização do instrumento do gasto público e também dos resultados obtidos em relação à atividade econômica.

No primeiro tópico deste artigo, faz apontamentos teóricos sobre o gasto público destacando o posicionamento de alguns autores da literatura econômica sobre sua importância para fomentar a atividade econômica. No segundo, faz a análise da evolução da despesa total do governo do es-

tado do Maranhão e a despesa com investimento estadual em obras e instalações e a análise da evolução do resultado primário do governo do estado junto à evolução do investimento estadual em obras públicas como proporção da despesa total. Já no terceiro tópico, faz-se a análise da correlação entre a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e a taxa de crescimento real dos investimentos estaduais em obras e instalações. Por fim, no último tópico, faz-se a análise da correlação entre a taxa de crescimento do PIB estadual e a taxa de crescimento das Exportações Líquidas (Exportações - Importações).

Despesas com estudos e projetos; construções de edifícios, estradas de rodagem e de ferro, de portos, de aeroportos e outros trabalhos envolvendo o emprego da mão-de-obra, materiais, utilização de terrenos, equipamentos e instalações, sendo a despesa com estes últimos apropriada por seu valor direto (tempo de utilização ou outro critério adotado); instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc.; despesas com obras e instalações que não sejam caracterizadas como prédios públicos, mas incorporáveis ao patrimônio do Estado, como por exemplo: barracões, caixas d'água, silos e similares.

2 Apontamentos Teóricos do Gasto Público

A importância da ação governamental na economia, principalmente através da ampliação das despesas, foi suscitada pela inadequação a realidade dos postulados que asseguravam a eficiência do mercado em explicar a recorrência e persistência de depressões econômicas.

A partir da crise econômica da década de 1930, em que o nível de desemprego e ociosidade de capital chegaram a proporções alarmantes sem tendências endógenas para mudar o curso da depressão, houve a formulação de teorias que reconheceram a dinâmica inerentemente instável das economias capitalistas e a necessidade da atuação governamental para reverter quadros recessivos, promover distribuição de renda, ofertar bens públicos e garantir patamares elevados de emprego (REZENDE, 2006).

Keynes (1996), a partir do desenvolvimento da teoria da demanda efetiva, apontou que o investimento se constitui em peça fundamental para a compreensão da dinâmica cíclica assumida pelas economias capitalistas, pois, estando a sua efetivação condicionada a expectativas de lucro e estas, por sua vez, baseadas em eventos incertos, fazem que o investimento assuma um caráter essencialmente flutuante. Por consequência, quando o nível do investimento diminui expressivamente, o resultado é a redução do produto e aumento do desemprego. Além disso, o investimento promove um papel contraditório: gera estímulos através do aumento dos gastos e, por outro lado, promove a ociosidade de capital através da ampliação dos estoques, impactando de forma negativa a taxa de lucro esperada, em

um único movimento (POSSAS & BALTAR, 1981, p. 131). Dillard expõe, de forma bem clara, a influência das expectativas de ganho e do investimento na passagem que se segue:

Temos assim que, das três variáveis independentes que determinam o volume de emprego (a eficiência marginal do capital, a taxa de juros e a propensão a consumir), a que desempenha um papel principal nos ciclos econômicos é a eficiência marginal do capital. Se se recorda que a eficiência marginal do capital não é senão outro nome para designar a taxa prevista de lucro sobre o investimento novo, chegamos à observação de puro senso comum de que, numa economia de lucro, os ciclos econômicos são consequência das variações da taxa de lucro, ou mais especificamente, das flutuações das previsões relativas às taxas de lucro que haverá no futuro para as distintas espécies de investimento. (DILLARD, 1976, p. 244)

Dentro deste contexto, assumida a incapacidade dos mecanismos de mercado para assegurarem estabilidade econômica perene, o orçamento público encarna um papel anticíclico e constitui-se em peça fundamental na promoção do desenvolvimento econômico, a exemplo dos países escandinavos, onde a presença do Estado é considerável (REZENDE, 2006). Contudo, dentre todas as despesas governamentais, os gastos em investimento merecem atenção por conta dos seus efeitos estimulantes e da sua capacidade para suplantarem dificuldades estruturais na economia, como destaca Orair. (2016)

Esses investimentos se distinguem da maior parte das demais despesas públicas porque resultam na acumulação de ativos fixos, que potencialmente ampliam o patrimônio líquido do setor público e geram um fluxo futuro de receitas, além de se tratar de uma variável macroeconômica que exerce efeitos simultâneos de estímulo tan-

to sobre a demanda quanto sobre a oferta. Pelo lado da demanda, no curto prazo, as despesas de investimento estão associadas a multiplicadores do produto e do emprego mais elevados, sobretudo em períodos recessivos.

Sob a ótica da oferta, possuem a faculdade de romper gargalos estruturais e ampliar a produtividade sistêmica da economia no médio e longo prazo (ORAIR, 2016, p. 165).

Essa perspectiva está fundamentada no fato de que, não estando o governo orientado apenas pela perspectiva de lucro, pode este contribuir para dinamizar e desenvolver projetos que representam elevado risco para a iniciativa privada (ORAIR, 2016). Concomitantemente, influencia as expectativas de lucro no curto e médio prazo, e, por conseguinte, gera impactos positivos sobre a demanda agregada (CARVALHO, 1997).

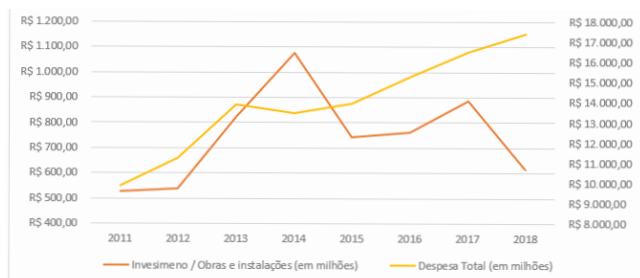
Dessa forma analisaremos os efeitos do gasto público do Estado do Maranhão na economia maranhense, para os anos de 2011 a 2018, fazendo um recorte em dois períodos distintos: 2011 a 2014 (quarto Governo Roseana Sarney) e 2015 a 2018 (primeiro Governo Flávio Dino), destacando suas particularidades.

3. Despesa Total, Investimento Estadual em Obras e Instalações e Resultado Primário

Analisando-se primeiro a relação entre a evolução da Despesa Total do governo do estado do Maranhão e a despesa com Investimento estadual em Obras e Instalações, em termos nominais, verifica-se que este cresce, à medida que a Despesa Total cresce, de 2011 a 2013, como se pode ver no gráfico abaixo, a partir de dados dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Governo do Maranhão de 2014 e 2016. O ano de 2014 pode ser entendido como um ano de “reviravolta”, em que o Investimento Estadual permanece crescendo, enquanto a Despesa Total sofre uma leve queda, em termos absolutos. De 2015 até 2017, percebe-se que a Despesa Total retoma trajetória de crescimento, acompanhada pelo Investimento estadual em Obras e Instalações. Contudo, em 2018, a Despesa Total permanece em ascensão, e o Investimento Estadual em Obras e Instalações despenca.

Fazendo um recorte em dois períodos – o quarto Governo Roseana Sarney, de 2011 a 2014, e o primeiro Governo Flávio Dino, de 2014 a 2018 –, pode-se, rapidamente, observar que, no primeiro período, há uma explosão de Investimentos Estaduais em Obras e Instalações, em termos nominais, enquanto que, no segundo período, verifica-se uma queda inicial da mesma categoria de investimentos, que, no último ano, se aprofunda, fortemente, se comparada à evolução da Despesa Total e ao período anterior.

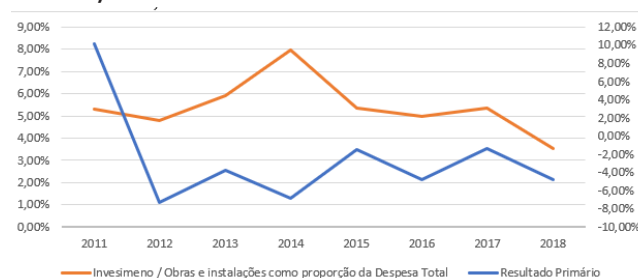
Gráfico 1: Investimento Nominal em Obras e Instalações e Despesa Total Nominal (em milhões), de 2011 a 2018.



Fonte: Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Governo do Maranhão de 2014 e 2016

Analisando-se, agora, a evolução do Resultado Primário do governo do estado junto à evolução do Investimento Estadual em Obras Públicas como proporção da Despesa Total e tomando o Resultado Primário como indicador de quão fiscalmente responsável é o governante do dia, tem-se que o quarto Governo Roseana, à medida que expandiu fortemente o Investimento Estadual em Obras e Instalações, pode ser considerado irresponsável do ponto de vista das finanças do estado do Maranhão, considerando que o Resultado Primário despencou de 10,15% para -7,35%, de 2011 para 2012. O Resultado Primário permanece negativo, até 2018, tendo seu maior patamar, de 2012 a 2018, em 2017, com -1,42%. Quanto ao primeiro Governo Flávio Dino, pode-se afirmar que o Resultado Primário e o Investimento Estadual em Obras Públicas como proporção da Despesa Total mantêm uma trajetória coincidente, ou seja, quando cresce (ou decresce) esta categoria de investimento, cresce (ou decresce) o Resultado Primário, não na mesma proporção. Vale notar que ambos oscilam muito, desde 2013, não na mesma proporção.

Gráfico 2: Investimento em Obras e Instalações como proporção da Despesa Total e Resultado Primário, de 2011 a 2018.



Fonte: Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Governo do Maranhão de 2014 e 2016

4 Análise da Correlação Entre a Taxa de Crescimento Real do PIB do Estado e Taxa de Crescimento Real dos Investimentos em Obras e Instalações, de 2011 A 2018

Pode-se observar uma correlação negativa, embora muito baixa (-0,12), entre a taxa de crescimento real do PIB do Maranhão com a taxa real de crescimento em Investimento estadual em Obras e Instalações, para os anos de 2011 a 2018 no Maranhão. De 2011 a 2014, tem-se taxa real do PIB do Maranhão crescendo em média acima dos 5%, com taxa real de crescimento em Investimento em Obras e Instalações negativas, em média, de cerca de -14%; do ano de 2011 a 2013, essa taxa é negativa em média de cerca -29%, estando

positiva apenas em 2014 quando cresce 30,84%, como apontado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), em seu Boletim de Conjuntura do 1.º trimestre de 2019.

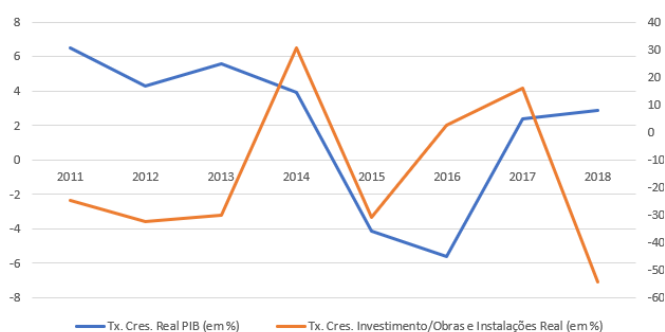
O Governo Flávio Dino, que começa em um cenário de recessão do PIB nacional de -3,8% e que continua, em 2016, em queda de -3,6%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no cenário local, apesar do PIB do Maranhão estar crescendo nominalmente, em termos reais, no entanto, tem queda de -4,1% e -5,6%, em 2015 e 2016, respectivamente, provavelmente, puxado pela recessão econômica brasileira, verificada nesses dois anos. Nos dois anos seguintes, a taxa de crescimento do PIB real do Maranhão cresce 2,4% e 2,9% nos anos de 2017 e 2018, respectivamente, de acordo com o IMESC (2019). No Governo Flávio Dino, a taxa real de crescimento de Investimento em Obras e Instalações foi negativa em média de cerca 16,54%, e, por conseguinte, não muito diferente da taxa do governo anterior. Tais números estão detalhados na tabela e no gráfico abaixo.

Tabela 1: Correlação entre a Taxa de Crescimento Real do PIB do estado e a Taxa de Crescimento Real dos Investimentos estaduais em Obras e Instalações, de 2011 a 2018.

Ano	Tx. Cres. Real PIB (em %)	Tx. Cres. Investimento/Obras e Instalações Real (em %)
2011	6,5	-24,69
2012	4,3	-32,51
2013	5,6	-30,06
2014	3,9	30,84
2015	-4,1	-30,9
2016	-5,6	2,6
2017	2,4	16,21
2018	2,9	-54,09
Correlação		-0,123568022

Fonte: IMESC e Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Governo do Maranhão de 2014 e 2016

Gráfico 3: Taxa de Crescimento Real do PIB do estado X Taxa de Crescimento Real do Investimento estadual em Obras e Instalações, de 2011 e 2018.



Fonte: IMESC e Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Governo do Maranhão de 2014 e 2016

Se não é a taxa crescimento em investimento (obras e instalações) que explica uma certa retomada da taxa real de crescimento do PIB para os anos de 2017 e 2018, o que explica? Por exemplo, a taxa real de crescimento em Investimento em Obras e Instalações foi negativa em cerca de -54,09%, em 2018, enquanto a taxa real de crescimento do PIB foi positiva em cerca de 2,9%, não sendo, portanto, resultado da taxa real de crescimento em Investimento em Obras e Instalações desse período? Seria a leve retomada do crescimento do PIB nacional, nos anos de 2017 e 2018, responsável pela retomada do crescimento real do PIB do Maranhão nesses mesmos anos? Ou seria o setor externo o responsável?

5. Análise da Correlação Entre a Taxa de Crescimento Real do PIB Estadual e a Taxa de Crescimento real das Exportações Líquidas

Percebe-se, à primeira vista, a alta correlação entre a Taxa de Crescimento do PIB do estado do Maranhão e a evolução das Exportações Líquidas (0,788), o que nos pode induzir a uma relação de causa e efeito entre o crescimento das Exportações Líquidas e o crescimento do PIB do estado. Percebe-se uma trajetória de queda, de 2011 até 2016, das exportações líquidas, que pode ser explicado pela sobrevalorização cambial, de início de 2011 até fim de 2013, e pela recessão verificada em 2015 e 2016, em que a economia do país sofreu uma queda no PIB de -3,5%, em 2015, e de -3,3%, em 2016, de acordo com o IBGE.

Tabela 2: Saldo Exportações Líquidas (em %) do Maranhão, de 2010 a 2018.

Ano	Exportação (A) (US\$ milhões)	Importação (B) (US\$ milhões)	Corrente Comercial	A-B(Var %)
2010	2.920,30	-3.817,10	6.737,40	-
2011	3.047,10	-6.281,40	9.328,50	38,5
2012	3.024,70	-7.060,40	10.085,10	8,1
2013	2.341,90	-6.832,90	9.174,80	-9
2014	2.795,50	-7.068,20	9.863,70	7,5
2015	3.050,20	-3.620,70	6.670,90	-32,4
2016	2.209,80	-2.101,60	4.311,40	-35,4
2017	3.032,30	-2.559,40	5.591,70	29,7
2018	3.788,50	-3.094,10	6.882,60	23,1

Fonte: IMESC

Pode-se dizer que o PIB do estado do Maranhão segue a tendência do PIB nacional, sobretudo na queda verificada em 2015 e em 2016, o que reforça a ideia de que a recessão gerou efeitos decrescentes à taxa de crescimento das exportações líquidas e, sequencialmente, ao PIB estadual.

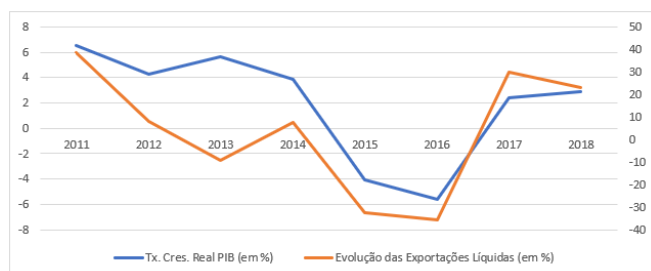
Tabela 3: Correlação entre Taxa de Crescimento Real do PIB do estado e Evolução das Exportações Líquidas, de 2011 a 2018.

Ano	Tx. Cres. Real PIB (em %)	Evolução das Exportações Líquidas (em %)
2011	6,5	38,5
2012	4,3	8,1
2013	5,6	-9
2014	3,9	7,5
2015	-4,1	-32,4
2016	-5,6	-35,4
2017	2,4	29,7
2018	2,9	23,1
Coeficiente de Correlação		0,78803528

Fonte: IMESC

Verifica-se um rápido crescimento das exportações líquidas, acompanhado de rápida recuperação do PIB maranhense. Somos levados a supor que esta elevação se deva a sequencial desvalorização da taxa de câmbio, o que, em geral, impulsiona as exportações e desestimula importações. Em 2017, o Maranhão chega a registrar um crescimento de 2,4%, em comparação a queda da ordem de 5,4%, verificada em 2016 (muito mais aguda que a experimentada pela economia nacional), de acordo com o IMESC (2019). Para 2018, projeta-se uma permanente trajetória de crescimento da economia estadual, da ordem de 2,9%, que é superior ao observado na taxa de crescimento da economia brasileira: 1,1%, em 2017, e 1,3%, pelo projetado pelo Banco Central do Brasil para o ano de 2018, no Relatório de Inflação de dezembro de 2018.

Gráfico 4: Taxa de Crescimento Real do PIB do estado X Evolução das Exportações Líquidas.



Fonte: IMESC

6. Conclusão

Falou-se sobre o papel da intervenção governamental por meio da despesa governamental, como meio de ampliar a demanda efetiva, a fim de interromper ciclos de depressão econômica, tendo em vista a incapacidade dos mecanismos de mercado para assegurarem a continuidade da estabilidade econômica.

Tem-se, contudo, que, dos dois governos estaduais englobados pelo período analisado, pode-se dizer que o quarto Governo Roseana Sarney (2011-2014) foi o mais fiscalmente irresponsável, considerando a queda do Resultado Primário de 10,15% para -7,35%, de 2011 para 2012, embora tenha sido o governo em que os Investimentos Estaduais em Obras e Instalações mais cresceram, tanto em termos absolutos como proporcionalmente ao volume das Despesas Totais do governo.

Verificou-se também que, na contra mão do que afirmaram os teóricos acima citados, neste período, de 2011 a 2018, no Maranhão, não há correlação direta significativa entre a taxa de crescimento real do PIB do estado e a taxa de crescimento real dos Investimentos Estaduais em Obras e Instalações, ou seja, qualquer aumento

nesta categoria de investimento não implicou em aumento correspondente do PIB do Maranhão.

Contudo, ao analisar a correlação entre a evolução das Exportações Líquidas do Maranhão e a taxa de crescimento real do PIB do estado, de 2011 a 2018, vê-se que seu valor, que é de 0,79, indica altíssima sensibilidade do PIB maranhense ao comércio com o exterior, de tal modo que se pode afirmar que, quando crescem as Exportações Líquidas do estado, cresce também o PIB do Maranhão. Por conseguinte, tem-se que, de 2011 a 2018, o setor que mais fortemente atinge a atividade econômica do Maranhão e a dinamiza nem de longe é o Investimento Público, mas o comércio com o exterior.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Banco Central. Relatório de Inflação. Brasília, 2018.
- CARVALHO, F. J. Economic policies for monetary economies. Revista de Economia Política, v.17, n.4, p.31-51, out.-nov.,1997.
- DILLARD, D. A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976.
- GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Maranhão: Período 2014-2016 (13.º Revisão). São Luís: 2014.
- GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Maranhão: Período 2016-2018 (14.º Revisão). São Luís: 2016.
- IBGE. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib%23evolucao-taxa#evolucao-taxa>, Acesso em: 14 mai. 2009.
- INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS E CARTOGRAFICOS. Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense: 1.º trimestre de 2019. São Luís, 2019.
- KEYNES, J. M. Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ORAIR, R. O. Política Fiscal no Brasil Contemporâneo: Investimento Público e Ciclos Econômicos. Repositório IPEA, 165-185, 2016

POSSAS, M. L.; BALTAR, P. E. A. Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p.107-160, abr.1981.

REZENDE, F. A. Finanças Públicas. São Paulo: Atlas, 2006.

Autores:

¹ Beatriz Lima Machado

² Alessandro Sousa Brito

¹ Economista e pós-graduanda em Políticas Públicas (UFMA),

² Professor do Departamento de Economia - DECON/UFMA.

CRIAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE EMPREGOS NO NORDESTE: uma análise do período de 2001 a 2016

A dinâmica do mercado de trabalho, foi posto neste estudo partindo de uma interpretação específica, sendo ela a criação e destruição bruta e líquida de empregos formais pelo lado da demanda, objeto de pesquisa deste trabalho. [...]

A dinâmica do mercado de trabalho, foi posto neste estudo partindo de uma interpretação específica, sendo ela a criação e destruição bruta e líquida de empregos formais pelo lado da demanda, objeto de pesquisa deste trabalho. O espaço temporal estudado foi de 2001 a 2016, enquanto a análise espacial voltou-se para a região Nordeste. Diante disso, o trabalho preocupou-se em analisar a dinâmica do mercado de trabalho nordestino pelos principais setores que se destacaram na região: Administração pública, serviços, comércio, indústria de transformação. Além disso, os resultados mostraram como a dinâmica do emprego formal se comporta entre dois períodos distintos.

Palavras-chave: Criação. Destruição. Nordeste. Emprego. Setores.

1. Introdução

O mercado de trabalho é uma das variáveis que mais intrigam o campo das Ciências Econômicas, tendo discussões nas mais diversas áreas de pensamento econômico que passam a analisar como se dá a determinação dos salários, quais decisões necessárias para que uma empresa contrate ou demita um trabalhador, quais as variáveis que podem afetar o preço dos produtos de determinada firma e como ocorre a dinâmica de oferta de trabalho.

Dentre essas discussões, o presente trabalho se baseia naquela originalmente levantada por Davis e Haltiwanger (1992) que trata sobre o processo de criação (Job Creation, JC), destruição (Job Destruction JD) e variação líquida (Net employment growth - NEG) de emprego no mercado de trabalho, uma abordagem que analisa a dinâmica do emprego a partir da ótica da demanda.

Dessa forma, a pesquisa se faz importante na medida que passa a contribuir na identificação da heterogeneidade por parte da demanda por empregos (firmas) e como estas tem impacto na dinâmica de criação e destruição de empregos na região nordestina entre 2001 e 2016, apresentando, pois, a análise do ponto de vista da criação e destruição de postos de trabalhos formais por principais setores da atividade econômica.

Diante disso, o trabalho se propõe a responder o seguinte problema: identificar em que ponto o mercado de trabalho nordestino começa a desacelerar diante às intempéries que surgem na estrutura econômica e como esses problemas acabam afetando a demanda por trabalhadores.

Toda análise desenvolvida no presente trabalho partiu de uma iniciativa acadêmica desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroe-

conomia (GRAMMA) – vinculado ao departamento de economia – por meio do projeto de pesquisa “Criação e Destruição de Empregos Formais na Região Nordeste: uma análise da dinâmica das principais cidades no período de 2001 a 2016”, aprovado em 2018, que visa o mapeamento do mercado de trabalho em toda região nordestina e sua dinâmica de criação e destruição de postos de trabalho formais.

Dessa maneira, o objetivo da pesquisa será destinado a pontuar até que momento o Nordeste possui uma aceleração no mercado de trabalho formal e quando este começa a entrar em declínio no período de 2001 a 2016. E como objetivos específicos, considera-se: identificar as taxas de criação líquida de empregos formais no Nordeste e verificar o impacto dos principais setores sobre a dinâmica no período. Posto isto, a pesquisa surge com dois instrumentos metodológicos para seu estudo, sendo eles: a) pesquisa bibliográfica e b) base de dados estatísticos para a elaboração das análises – com viés pelo lado da demanda – coletados a partir de um contrato formal realizado entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o GRAMMA, no qual o tratamento de dados foi feito de acordo com as técnicas estatísticas baseadas em Davis e Haltiwanger (1992).

Para atingir os objetivos propostos, o presente trabalho é dividido em quatro partes. A primeira é esta introdução, a segunda refere-se à seção 3 que apresenta a análise de criação e destruição de empregos no Nordeste em todo período de 2001-2016, a terceira corresponde a seção secundária 2.1 que apresenta o processo de criação e destruição por setores e como se deu essa dinâmica em dois períodos distintos: auge e declínio. E, por último, a conclusão, fazendo uma breve recapitulação de todos os resultados de acordo com a problematização apresentada.

2. Criação e Destruição de Empregos Formais na Região Nordeste

Esta seção irá tratar como se deu o avanço do processo de criação e destruição de postos de trabalhos formais no Nordeste e as principais condicionantes que impulsionaram e atenuaram esse processo em períodos distintos.

A primeira definição usada como medida é a taxa de criação de empregos (job creation) que é a soma das variações positivas (ou variação nula) de emprego das empresas, ou seja, é o número de postos de trabalho criados entre $t-1$ e t , levando em consideração todas empresas que expandiram postos de trabalho no respectivo período.

De maneira inversa, a taxa de destruição (job destruction) corresponde a soma das variações negativas de postos de trabalhos nos estabelecimentos em relação a percentagem de emprego médio, ou seja, é o número de postos de trabalho destruídos entre $t-1$ e t , levando em consideração todas as empresas que reduziram o número de empregos. A terceira medida é a taxa de variação líquida de emprego de uma economia ou setor (Net Employment Growth, NEG), que é basicamente a diferença entre as taxas de criação (JC) e as taxas de destruição (JD) entre $t-1$ e t . (PAZELLO et. al. 2000; DAVIS & HALTIWANGER, 1999; RIBEIRO, 2007; RIBEIRO & PEREIRA, 2006; CENTENO et. al. 2007).

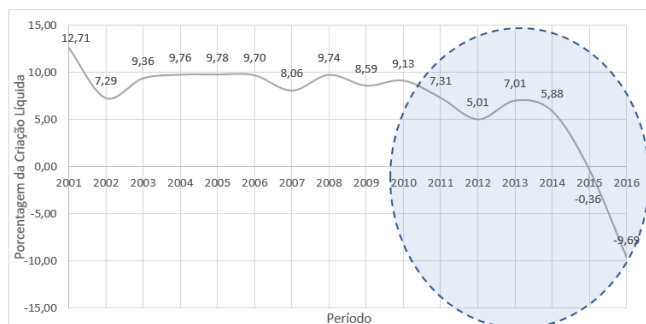
Tomando a variação líquida (NEG) como medida de referência para a análise dos resultados sobre a dinâmica do emprego formal na região nordestina, observou-se que o Nordeste possui uma tendência ascendente e relativamen-

te estável de 2001 a 2010 – com poucas oscilações –, período que corresponde ao primeiro e segundo governo Lula. No entanto, a partir de 2011, essa tendência começa a cair, seguindo nos anos subsequentes, sem recuperação posterior, período que já se manifesta no primeiro e segundo governo Dilma/Temer. A média de todo o período quanto à taxa de criação líquida de postos de trabalho formais foi de 6,83% ao ano, mas devido a identificação de dois ciclos diferentes em relação à dinâmica de formalização no mercado de trabalho, procurou-se dividir a série histórica em dois períodos distintos: o primeiro de auge e o segundo de declínio da dinâmica de crescimento formal do emprego.

O primeiro corresponde ao período de 2001 a 2010 e o segundo que se estende de 2011 a 2016. Ambos períodos se comportam de maneira distinta, o primeiro que confere ao período de auge, é caracterizado pelo processo de crescimento de empregos formais, com taxa média de crescimento líquido de empregos de 9,41% a.a. e o segundo período, com taxa média de criação da ordem de 2,53% a.a., caracterizado pela desaceleração desse processo até a destruição líquida de empregos nos dois últimos anos da série, 2015 e 2016.

É possível afirmar que nos últimos 6 anos, a taxa de criação líquida é quase quatro vezes inferior ao primeiro período no Nordeste, passando por um processo de desaceleração do mercado de trabalho formal, interrompendo toda a trajetória de ascendência e estabilidade na região que se encerra em 2010. Essa pujança pode ser medida comparando as duas taxas líquidas correspondentes aos dois períodos, de forma que a média dessa taxa no último período não chega a 30% da que se destaca no primeiro, demonstrando um trágico processo de desaceleração. Essa dinâmica pode ser bem identificada no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Taxa de Criação Líquida de postos de trabalhos formais no Nordeste (2001-2016) - %



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Rais identificada

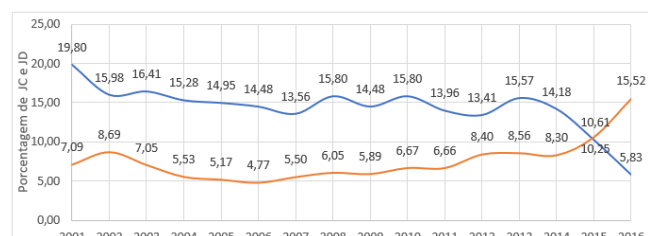
O primeiro ciclo, por sua vez, foi basicamente impulsionado pela taxa de criação bruta, uma vez que sua média no período foi da ordem de 15,65% ao ano, superando a média dessa mesma variável de período geral (2001-2016), que foi de 14,36%. Já o segundo ciclo, foi conduzido pelo aumento da destruição bruta, que teve média de, aproximadamente, três pontos percentuais a mais em relação a destruição do período de auge, atingindo a percentagem de 9,67% a.a., passando a superar também a média da destruição de todo o período.

Analisando a dinâmica das taxas brutas de criação e destruição, a tendência da curva de ambas confirmam os efeitos de suas taxas médias quanto ao impulsionamento e a atenuação nos períodos de auge e declínio, na medida que a curva de criação bruta possui médias relativamente estáveis até 2010, enquanto a destruição bruta começa a subir a taxas superiores aos anos anteriores nesse mesmo ano, chegando a ultrapassar a criação bruta em 2015, passando a ser quase três vezes superior em 2016, resultando em destruição líquida de empregos formais nos dois últimos anos.

Portanto, a grande diferença do segundo período não é apenas a redução da taxa de cria-

ção absoluta dos postos de trabalhos formais, mas a subida abrupta do processo de destruição de empregos, resultando na queda gradativa das taxas de criação líquida até atingir taxas de destruição líquida de empregos nos dois últimos anos.

Gráfico 2 – Taxa de Criação e Destruição bruta de postos de trabalhos formais no Nordeste (2001-2016) - %



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Rais identificada

Do ponto de vista setorial, quais atividades econômicas comandam essa dinâmica do processo de criação e destruição de empregos? A pergunta é importante à medida em que permite identificar quais setores são protagonistas, tanto no impulsionamento como na atenuação da criação de empregos na região.

3. Dinâmica do Processo de Criação e Destruição Desagregada por Principais Setores Atividade Econômica do Nordeste

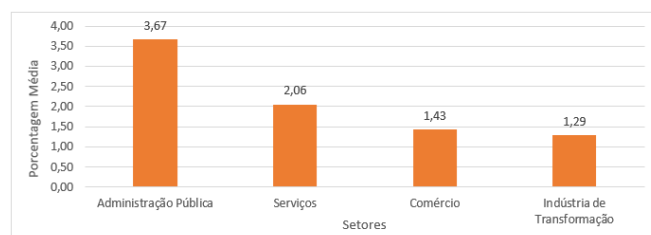
A classificação geral dos grandes setores utilizada pelas pesquisas sobre mercado de trabalho, normalmente é a dada pelo IBGE, que se dividem em oito: Administração Pública; Serviços; Comércio; Indústria de Transformação; Construção civil; Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca; Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) e Extração Mineral. No entanto, o presente trabalho preocupa-se em apresentar apenas os resultados dos 4 principais setores que tiveram maior participação na dinâmica do mercado de trabalho formal no Nordeste nos ciclos de auge e declínio, sendo eles: Administração Pública, Serviços, Comércio e Indústria de transformação.

Como enfatizado no começo desta seção, a média da taxa de criação líquida (NEG) de empregos no Nordeste em todo período, foi de 6,83% a.a. De forma que, os quatro grandes setores da região supracitados, foram responsáveis por 6,20% a.a. do total dessa média, ou seja, apenas quatro setores foram responsáveis por mais de 90% da média integral da variação líquida, enquanto os 4 setores restantes participaram com apenas 0,63% na criação líquida de empregos por ano. Em termos desagregados, a ordem na participação da média da NEG foi a seguinte: Administração Pública com 2,24%, Serviços com

1,94%, Comércio com 1,18% e Indústria de transformação com 0,83%.

Agora levando em consideração apenas a dinâmica do período de auge do mercado de trabalho formal, a média da variação líquida foi de 9,41%, superando o período geral. Enquanto os quatro grandes setores foram responsáveis por 8,45% dessa média ao ano, isto é, mais de 89% da média geral do período, na medida que os outros quatro setores foram responsáveis por apenas 0,97% da média da variação líquida. A ordem de participação por setores da atividade econômica na série histórica de 2001-2016 se mantém no período de expansão, visto que a Administração Pública continua sendo a maior criadora de empregos formais em termos líquidos com 3,67%, seguido pelo setor de Serviços, Comércio e Indústria de Transformação, sendo estes os que mais impulsionaram a criação de empregos formais nesse período, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Taxa média de criação líquida de empregos formais por grandes setores da atividade econômica no Nordeste (2001-2010) - %



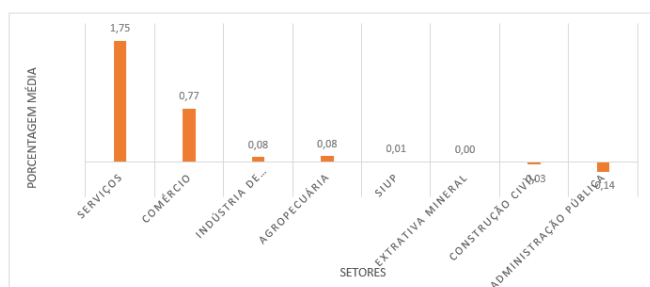
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Rais identificada

Já no período de declínio, a taxa média da variação líquida foi de apenas 2,53% a.a., caindo para menos da metade em relação ao período de auge. Nesse caso, a ordem dos principais grandes setores que contribuem para a criação líquida de empregos se altera, de forma que são os setores de Serviços e Comércio que possuem a maior participação na média com 2,52%, criando quase

100% dos postos de trabalho no período, na medida que a Administração Pública e Construção Civil participaram com destruição líquida de empregos com média de - 0,15% a.a.

Dessa forma, o resultado obtido com a análise foi que a ordem por setores se altera, de modo que aquele (Administração Pública) que mais cria no período de auge é o que mais destrói no período de declínio com média de - 0,14% a.a e o setor de serviços passa a ser o maior criador de empregos em termos líquidos com média de 1,75%, criando, aproximadamente, 70% dos postos de trabalhos formais no período.

Gráfico 4 - Taxa média de criação líquida de empregos formais por grandes setores da atividade econômica no Nordeste (2011-2016) - %



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Rais identificada

A análise da taxa média de criação líquida dos grandes setores possibilitou identificar quais deles foram protagonistas na criação e destruição líquida de empregos formais no Nordeste nos dois períodos, alguns deles tendo contribuições distintas no período de auge e no de declínio, tendo como destaque o setor de Administração Pública, que no primeiro período foi o que mais criou postos de trabalhos formais, mas em contraposição, no segundo, foi o maior destruidor de empregos em termos líquidos. Enquanto isso, o setor de Serviços foi coadjuvante no primeiro período e no segundo foi protagonista, atenuando significativamente o processo de desaceleração que se agrava.

Esses dois setores, assim como Comércio e Indústria de Transformação, se mostram importantes e estratégicos na economia nordestina, pois é possível observar até que ponto um conjunto de setores é responsável pelo impulsionamento e esmaecimento da criação de empregos, de forma a demonstrar a dependência da economia nordestina a esses setores produtivos, sejam eles público ou privado e como a região pode agir estrategicamente para evitar possíveis períodos de crise no mercado de trabalho formal. Percebendo essas particularidades, optou-se por analisar cada um dos grandes setores individualmente.

Levando em consideração a dinâmica da curva de variação líquida dos quatro principais setores supracitados, observou-se alguns aspectos importantes quanto a tendência de cada um deles: a começar pela Indústria de Transformação, constata-se que esta já vem apresentando tendência de queda desde 2004, acentuando ainda mais a partir de 2010, sendo, pois, um dos primeiros setores a desacelerar, mesmo em parte do período que acontece o auge da formalização de empregos no Nordeste, além de apresentar destruição líquida de postos de trabalhos já a partir de 2015, como pode ser observado no gráfico 05.

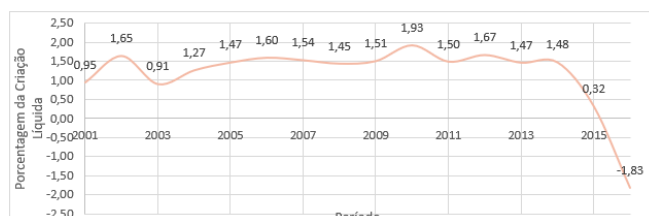
Gráfico 5 - Taxa de Criação líquida do setor Indústria de Transformação no NE (2001-2016) - %



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Rais identificada

Em seguida vem o setor de Comércio, que se mantém relativamente constante até 2014, com poucas oscilações durante o período, mostrando-se resistente quanto a preservação do emprego formal. Sua desaceleração efetiva se inicia a partir de 2015, chegando a apresentar taxas de destruição líquida no último ano na ordem de -1,83%, semelhante ao que acontece na Indústria de Transformação, como verificado no gráfico 06:

Gráfico 6 - Taxa de Criação líquida do setor Comércio no NE (2001-2016) - %



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Rais identificada

No que diz respeito ao setor de Serviços (gráfico 7), a dinâmica da criação de empregos permanece em ascendência até 2014, com poucas oscilações e só começa a cair de forma abrupta a partir de 2015, apresentando queda muito mais acentuada, comparado a todos os outros setores, passando a ser responsável por 25% da destruição líquida de empregos formais em 2016. Uma observação importante é que este é um dos últimos setores a desacelerar, mantendo-se em crescimento até mesmo no período em que se destaca o declínio do mercado de trabalho formal no Nordeste, que se dá a partir de 2011.

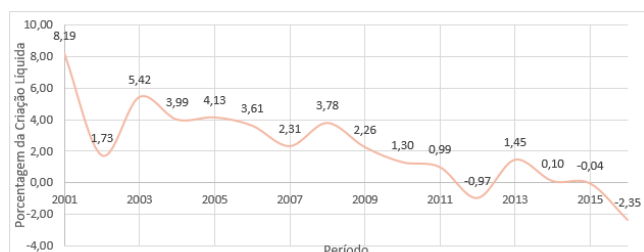
Gráfico 7 - Taxa de Criação líquida do setor Serviços no NE (2001-2016) - %



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Rais identificada

Por último, o setor de Administração Pública (gráfico 8), que apesar de já apresentar tendências de desaceleração a partir de 2003, não deixa de ser o setor mais importante da economia nordestina em termos de criação bruta e líquida de postos de trabalhos formais, assim como se apresenta também como maior destruidor em termos brutos e líquidos. Um fato curioso é como se comporta as oscilações da curva de criação líquida desse setor, que são basicamente impulsionados pela criação bruta que alternam de 5 em 5 anos. No entanto, ao contrário dos outros setores, este, em particular, já começa a destruir líquidamente em 2012, tendo continuidade nos anos de 2015 e 2016, destacando que neste último ano o setor apresenta a mesma contribuição percentual do setor de Serviços na destruição líquida de empregos com 25%, juntos, destruindo 50% dos empregos formais em 2016. Levando a concluir que os maiores criadores de postos de trabalhos, também são os maiores destruidores.

Gráfico 8 – Taxa de Criação líquida do setor Administração Pública no NE (2001-2016) - %



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Rais identificada

Explanado o desempenho dos quatro principais setores da região Nordeste, observou-se que a tendência comportamental da criação líquida de cada um deles se apresentou da seguinte maneira: levando em conta a iniciativa privada, o setor de Indústria de Transformação foi o primeiro a desacelerar, sendo o primeiro a destruir em termos líquidos os empregos formais no Nordeste. O segundo setor a ser afetado pelo processo de desestruturação do mercado de trabalho formal é o Comércio que, por sua vez, passa a absorver os empregos destruídos no primeiro setor afetado, seguido pelo setor de Serviços, sendo o último a apresentar tendência de queda e o último a absorver postos de trabalhos que acaba sendo destruída aos poucos no setor de Comércio. Quanto ao setor público, e mais especificamente a Administração Pública, embora apresente uma desaceleração que já se inicia em 2003, sua contribuição no primeiro ciclo é fundamental, por apresentar as maiores taxas médias de criação líquida. Apesar desse mesmo fenômeno não se repetir no segundo ciclo, o setor de Serviços acaba servindo como estabilizador dos impactos causados pelos outros setores na dinâmica do emprego formal.

4. Conclusão

Analizado todos os dados presentes e a problemática no seu entorno quanto aos momentos de auge e de declínio no mercado de trabalho formal por setores e por estabelecimentos, a hipótese de que a criação e destruição de postos de trabalho no Nordeste se comporta de maneira distinta entre os principais setores se confirmou. Um dos primeiros resultados encontrados foi como se deu a divisão da dinâmica da criação líquida de empregos no mercado de trabalho formal do Nordeste, tendo ele dois ciclos: o primeiro correspondente ao período de auge, que se dá de 2001 a 2010 e o segundo de declínio que ocorre entre 2011 e 2016.

Tomando como base esses dois períodos, ambos se comportaram de maneiras distintas, o primeiro que confere ao período de auge, é caracterizado pelo processo de crescimento de empregos formais, chegando a alcançar taxa média de criação líquida na ordem de 9,41% a.a. em relação a taxa de criação líquida de empregos e o segundo período, com taxa média de criação da ordem de 2,53% a.a.. Caracterizando uma desaceleração do processo criação de postos de trabalhos até chegar à destruição líquida destes nos dois últimos anos da série, 2015 e 2016.

O primeiro ciclo, foi basicamente impulsionado pela taxa de criação bruta, uma vez que sua média no período foi da ordem de 15,65% a.a. Já o segundo, foi conduzido pelo aumento da destruição bruta, que teve média de, aproximadamente, três pontos percentuais a mais em relação a destruição do período de auge, atingindo a percentagem de 9,67% a.a.

Na seção 3, foi analisado como se deu a dinâmica de criação de empregos tomando como base os principais setores que se destacaram na

região nordestina, destacando-se o período geral e os ciclos de auge e declínio. A média da taxa de criação líquida de empregos no Nordeste em todo período, foi de 6,83% a.a., na medida que, os setores de Administração Pública, Serviços, Comércio e Indústria de transformação, foram responsáveis por 6,20% a.a. do total dessa média, ou seja, apenas quatro setores foram responsáveis por mais de 90% da média integral da variação líquida.

O resultado obtido com a análise foi que a ordem desagregada por setores se altera quando comparados os períodos de auge e declínio, de modo que o setor que mais cria no período de auge (Administração Pública) é o que mais destrói no período de declínio e o setor de serviços passa a ser o maior criador de empregos em termos líquidos, criando, aproximadamente, 70% dos postos de trabalhos formais no período.

De forma geral, a dinâmica de emprego no Nordeste, ao longo dos últimos 16 anos, está dividida em dois períodos distintos: um período de auge que corresponde a 2001-2010 e um período de declínio de 2011 a 2016, cujas taxas médias de criação líquida são 9,41% a.a. e 2,53% a.a., respectivamente. Os setores com maior protagonismo nesse processo são: Administração Pública, Serviços, Comércio e Indústria de Transformação. Esses setores apresentam especificidades, visto que o setor de Indústria de Transformação começa a desacelerar mais cedo (2004), ao passo que o setor de Comércio possui estabilidade até 2014, já o setor de Administração pública, possui oscilações de cinco em cinco anos, enquanto o setor de Serviços, é o último a desacelerar evidenciando que os setores respondem de maneira diferente, no tocante ao emprego, às flutuações da atividade econômica.

Referências

CORSEUIL, C. H.; RIBEIRO, E. P.; SANTOS, D. D.; DIAS, R. F. Criação, destruição e realocação de emprego no Brasil. In: XXIX Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 2001, Salvador, SP. Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia - ANPEC. Campinas, SP: ANPEC, 2001.

DAVIS, S. J.; HALTIWANGER, J. Gross job flows. In: ASHENFELTER, O.; CARD, D. (Eds.). Handbook of labor economics, Amsterdam: Elsevier, 3b, 1999.

DAVIS, Steven J.; HALTIWANGER, John. Gross Job Creation, Gross Job Destruction, and Employment Reallocation. The Quarterly Journal of Economics, Vol. 107, No. 3 (august of 1992), pp. 819-863.

GÓMEZ-SALVADOR, R.; MESSINA, J. Gross job flows and institutions in Europe. IZA Working Paper Series, 2004.

IBGE. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. Disponível em: <<https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/cadastro-geral-de-empregados-e-desempregados-caged.html>> Acesso em: 20 de agosto de 2018.

IBGE. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Disponível em: <<https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais>> Acesso em: 20 de agosto de 2018.

RIBEIRO, E. P. Cap. 1: Criação, Destruição e Realocação De Empregos: Conceitos E Medidas. In: CORSEUIL, C.H. e SERVO, L.M.S. (Org.). Criação, Destruição e Realocação de Empregos no Brasil. Brasília: IPEA, 2007, v., p. 15-24.

SERVO, L. S.; FURTADO, P.; AMORIM, B.; CORSEUIL, C. H.; RIBEIRO, E. P.; SOUZA, A.L. Cap. 4: Criação, destruição e realocação de postos de trabalho por setores. In: CORSEUIL, C.H. e SERVO, L.M.S. (Org.). Criação, Destruição e Realocação de Empregos no Brasil. Brasília: IPEA, 2007, v., p. 51-66.

SILVA FILHO, L. A.; QUEIROZ, Silvana Nunes de; ARAÚJO, J. B.; SILVA, F. J. F. Criação e destruição de empregos na indústria metropolitana do Nordeste. Revista de Economia (Curitiba), v. 40, p. 71-96, 2014.

PAZELLO; Elaine Toldo; BIVAR, Wasmália; GONZAGA, Gustavo. Criação e destruição de postos de trabalho por tamanho de empresa na indústria brasileira. Pesq. Plan. Econ., v. 30, n. 2, p. 259-288, ago. 2000.

RIBEIRO, E. P.; PEREIRA, Filipe Keuper Rodrigues. Criação e destruição de emprego na indústria e os efeitos do câmbio e da abertura comercial: o caso da indústria gaúcha nos anos 1990. Economia Aplicada (São Paulo), v. 10, n. 3, 2006. p. 325-348.

CENTENO, Mário; MACHADO, Carla; NOVO, Álvaro A. A Criação e Destruição de Emprego em Portugal. Boletim Económico: Banco de Portugal (2007). p. 79-108.

Autores:

¹ Anacleto Aníbal Xavier Domingos

² Ricardo Zimbrão Affonso de Paula

³ Alexandro Sousa Brito

¹ Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA)

² Doutor em Ciências (UFRRJ) Professor do Departamento de Ciências Econômicas (UFMA)

³ Doutor em Ciências Econômicas (UNICAMP) Professor do Departamento de Ciências Econômicas (UFMA)

Mercado de trabalho em Angola: dinâmica contemporânea e informalidade

A economia angolana tem passado por modificações significativas nos últimos 15 anos que tem consequências sobre o mercado de trabalho. [...]

A economia angolana tem passado por modificações significativas nos últimos 15 anos que tem consequências sobre o mercado de trabalho. De 2002 a 2017, houve um encolhimento da participação do setor que evidencia a condição de economia de enclave angolana, isto é, o setor petrolífero, e um aumento das atividades ligadas ao comércio. Modificações ocorreram na estrutura setorial, mas não resvalaram na composição lucros-salários, isto é, os trabalhadores não aproveitaram muito essas modificações. Em 2002, os lucros e juros representavam 76% da renda nacional enquanto os salários 23%, não variaram muito 15 anos depois, 76% e 24%, respectivamente.

Palavras-chave: Mercado de trabalho, Angola. Economia angolana. Setor petrolífero.

1. Introdução

O mercado é uma das instituições mais importantes do capitalismo, assim como o dinheiro, a empresa, o capital e o Estado. Os mercados mais importantes são: os mercados de capital, o mercado de trabalho, os mercados produtivos onde são negociados os bens de produção e os bens de consumo e os mercados financeiros (INGHAM, 2009).

A ferramenta básica dos mercados é a demanda e oferta, no caso do mercado de trabalho a demanda e a oferta da força de trabalho que vão determinar os preços do trabalho, isto é, os salários e a quantidade de trabalho disponibilizados para o processo produtivo. A estrutura do mercado de trabalho tem relação com o desenvolvimento econômico, visto que a divisão do trabalho em cada país é determinada pelo desenvolvimento dos grandes centros hegemônicos em regiões com crescimento substancial. Tendo em vista essa posição dos grandes centros, a absorção das inovações tecnológicas pela força de trabalho nos mais variados espaços dominados pelo capitalismo vão repercutir os padrões tecnológicos de produção presentes nesses diferentes espaços (KON, 2015).

Em Angola, a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho foram determinados pela sua inserção na divisão internacional do trabalho que se mostrou dependente e subalterna, assim como muitas nações que passaram por um processo de escravidão e colonização, e pela sua especificidade histórica, social e econômica. Essa forma como Angola se inseriu na divisão internacional do trabalho determinou a dinâmica do seu mercado de trabalho, um mercado de trabalho não estruturado, onde os mecanismos de oferta e demanda da força de trabalho não funcionam de

acordo com a regra capitalista de produção, que nosso entender é próprio deste sistema de produção criar uma dualidade sistêmica para uma melhor valorização da mais-valia.

Angola é um país recente, que integra o rol de territórios que fizeram parte da dominação colonial portuguesa em África. Alcançou a independência no dia 11 de novembro de 1975. O seu nome advém do aporuguesamento do nome dos reis do Reino do Ndongo - Ngola -, que se localizava, no século XVII, perto da atual capital do país, Luanda. Angola está situada na zona subequatorial e tropical do hemisfério sul, e ocupa a parte sudoeste do continente africano, sendo banhado pelo oceano Atlântico em cerca de 1.600 quilômetros, fazendo fronteira a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui também o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo, a norte. Para além dos vizinhos já mencionados, Angola é o país mais próximo da colônia britânica de Santa Helena. Sua extensão territorial é 1.246.700 quilômetros quadrados, compreendendo, aproximadamente, a área territorial conjunto de Portugal, Espanha, França e Inglaterra ou o Estado brasileiro do Pará (MENEZES, 2000).

A dinâmica atual da economia angolana é uma herança do desenvolvimento capitalista que se apresentou, neste país, em um primeiro momento através de um processo de escravização, em seguida através de um processo de colonização para então se tornar uma economia dependente de commodities, isto é, primário exportador. A estes elementos de ordem externas se adicionam os elementos internos como a guerra civil, com duração de 27 anos, que destruiu boa parte do aparelho produtivo do país, aspectos culturais como a função social atribuída ao salário que se manifesta de uma forma diferentes das grandes economias capitalistas.

Esses elementos históricos, econômicos e sociais da sociedade angolana, vão dar forma a característica básica da organização do mercado de trabalho e sua dinâmica em Angola - a informalidade. Os elementos já vistos vão permitir a coexistência de dois sistemas: o formal e o informal, sendo o primeiro regulamentado e pouco dinâmico e o segundo dotado de uma flexibilidade extraordinária (ROCHA, 2014).

A dinâmica do emprego formal é muito determinada pelo setor petrolífero que possui uma

característica de economia de enclave, apesar de ser o setor mais produtivo da economia é também o que menos emprega, segundo as contas nacionais em 2002, o setor petrolífero empregava 4% da população economicamente ativa, 10 anos depois, em 2012 se manteve na mesma posição de participação no emprego total, enquanto a agricultura teve uma participação de 50%. O mercado de trabalho em angolano é caracterizado por “baixos salários, ausência de emprego, segregação espacial, baixa escolaridade da população, distribuição geográfica desproporcional da oferta de emprego, fraca mobilidade social e ausência de perspectiva em relação à melhoria de vida” (SILVA, 2013, p. 36).

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise do mercado de trabalho angolano do pós-Guerra Civil como marco histórico que permite uma análise das recentes modificações que Angola tem passado. Esta análise tem como pano de fundo a ideia de que o modo de inserção de Angola na divisão internacional do trabalho e as suas especificidades sociais e históricas dado os limites que o regime de acumulação e seu respectivo modo de regulação impõem atualmente a uma sociedade subdesenvolvida. Nestes moldes, o mercado de trabalho em particular, vai sofrer alterações significativas desde o final da guerra civil e início da estabilidade política em 2002 – não em favor do trabalhador angolano como veremos na seção seguinte. Devido as dificuldades impostas ao pesquisador da realidade angolana pela falta de pesquisas robustas sobre o mercado de trabalho, faremos esta análise através de alguns elementos das Contas Nacionais angolana que permitem observar as alterações significativas pela qual tem passado a economia angolana.

O artigo está dividido em duas seções e a conclusão, para além dessa introdução. Na segunda seção se faz uma análise da dinâmica con-

temporânea do mercado de trabalho de Angola, procurando observar as mudanças pela qual tem passado a economia angolana do final da guerra civil em 2002 até 2017, mostrando assim como as mudanças ocorridas nesse período foram apenas setoriais e não provocaram alteração na distribuição da renda nacional, mantendo constante a relação entre a participação dos salários e dos lucros no produto interno bruto, aumentando a incidência de pobreza e uma consequente informalidade nas relações laborais que é o assunto da terceira seção deste artigo.

2. Dinâmica Recente do Mercado de Trabalho Angolano

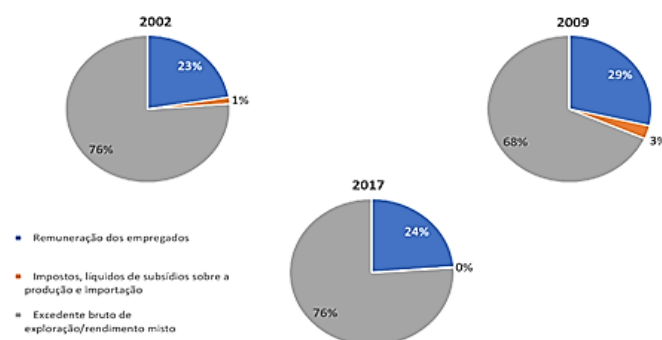
Recentemente, após a guerra civil que dizimou milhares de homens e mulheres angolanos, a análise das Contas Nacionais demonstra um processo de mudança importante na economia angolana que não tem impactado na distribuição da renda nacional. Uma redução da participação relativa da economia de enclave, isto é, o setor petrolífero, provocado pela crise econômica de 2008 e agudizada pela queda do preço do petróleo em 2013. Essa redução da participação relativa do setor petrolífero tem impacto profundo na economia angolana, tendo em vista que este setor é maior provedor de receitas para o país.

Devido a característica de economia de enclave, a dinâmica do mercado de trabalho angolano acaba sendo determinada pelos movimentos da economia mundial, tendo momentos de maior receitas quando os preços das commodities estão em alta e menores nos momentos de queda das commodities, principalmente o petróleo.

Nos últimos 15 anos, não houve alteração na relação capital e trabalho em Angola, isto é, de 2002 a 2017. Segundo a Contas Nacionais, a composição da renda nacional mantém-se praticamente inalterada: em 2002 os lucros e juros (renda de proprietários) respondiam por mais de 75% da renda nacional enquanto a remuneração de empregados respondia por 23%, essa situação tem uma pequena alteração depois da crise de 2008. Em 2009, a participação dos salários aumenta 6 pontos percentuais chegando a 29%

caindo para 68% a participação de proprietários na renda nacional. Em 2017, a situação volta ao nível de 2002, com uma pequena alteração em relação a participação do Estado que chega ao nível mínimo de participação enquanto a participação dos salários chega a 24%, como mostra o gráfico 1 abaixo, do produto interno angolano, na ótica da renda.

Gráfico 1 – PIB de Angola (Ótica da Renda) – 2002, 2009, 2017.

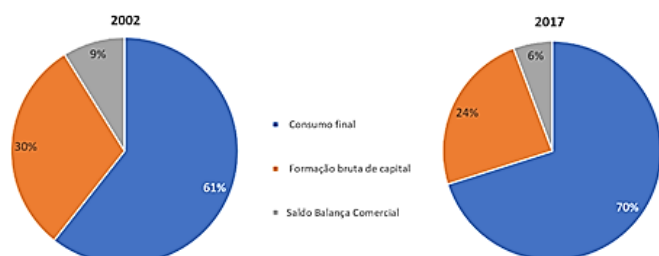


Fonte: elaboração própria, Contas Nacionais – Instituto Nacional de Estatísticas de Angola.

De 2002 a 2017, verifica-se uma elevação substancial do consumo final de 61% em 2002 para 70% em 2009. Observando uma redução da participação da corrente de comércio (exterior) de 9% em 2002 para 6% em 2017.

O aumento da participação relativa do consumo final no produto interno bruto ocorre devido ao deslocamento das atividades ligadas ao comércio exterior para o comércio interno (como mostra o gráfico 2 abaixo sobre o produto interno bruto angolano na ótica da despesa), essa inflexão é verificada com a queda dos preços das commodities, em especial o petróleo.

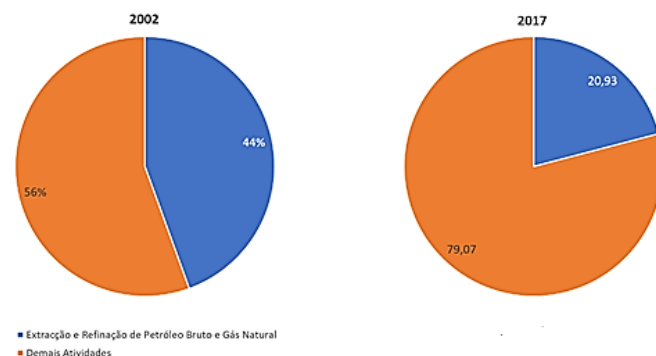
Gráfico 2 – PIB de Angola (Ótica da Despesa) – 2002,2017.



Fonte: elaboração própria, Contas Nacionais – Instituto Nacional de Estatísticas de Angola.

Os deslocamentos das atividades ligadas ao comércio exterior para o comércio interno verificam-se quando observamos a participação relativa da indústria de petróleo e gás no produto interno bruto de angolano. Observa-se uma redução (mais da metade) da participação relativa da indústria de petróleo e gás nos últimos 15 anos. Essa é uma mudança recente que começa a partir de 2013, isto é, com a crise das divisas, como é conhecida em Angola. Essa mudança é também acompanhada pela elevação da participação relativa das atividades ligadas ao comércio, que, em 2002, representava 10,68% do PIB, passando para quase 18% em 2017; e das atividades ligadas a Construção Civil que, logo após a crise de 2008, aumenta de maneira significativa sua participação no produto nacional, saindo de 5,45% do PIB em 2002 para 13,65% em 2017 como mostra o gráfico 3 abaixo. Essas mudanças setoriais ocorridas nestes últimos 15 anos, como a redução da participação do setor petrolífero e aumento do comércio, não afetam, como supracitado, a dinâmica da participação dos salários na renda nacional.

Gráfico 3 – Participação da Indústria de Petróleo e Gás no PIB de Angola – 2002,2017.



Fonte: elaboração própria, Contas Nacionais – Instituto Nacional de Estatísticas de Angola.

Nestes últimos 15 anos, as taxas de desemprego acompanhavam a taxa de crescimento do produto interno mantendo estável a partir de 2015, em 20%. Dois momentos vão se apresentar como importantes para a presente análise. Segundo o gráfico abaixo sobre a relação entre o PIB real e a taxa de desemprego em Angola, de 2003 a 2008, as quedas no desemprego eram acentuadas, isto é, acompanhando as altas taxas de crescimento do PIB essencialmente de natureza quantitativa porque como visto no primeiro gráfico não impactou no mercado de trabalho mantendo em 24% em 15 anos a participação dos salários no produto interno, como mostra os estudos do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola

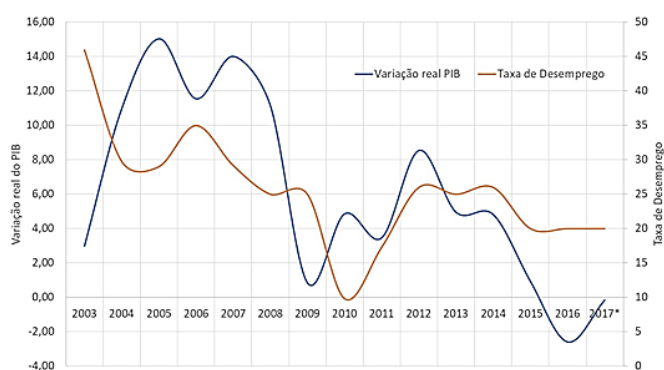
O crescimento econômico observado entre 2002-2008 – embora em 2007 e 2008 com uma menor intensidade – foi de natureza essencialmente quantitativa, que benefício duma elevada taxa de poupança global, com incidência nos empréstimos externos e no investimento estrangeiro direto, em particular nos setores do petróleo, diamantes e construção civil (CEIC, 2008, p.24).

Em 2009, com a crise, observa-se uma queda brusca no PIB, recuperando-se nos anos seguintes até 2013 quando da queda do preço

do barril de petróleo no mercado internacional, atingindo a taxa de desemprego os 25%, estabilizando em 20% a partir de 2015 (como mostra o gráfico 4 abaixo), taxa essa que ainda é muito alta tendo em vista que as estatísticas oficiais excluem

A crise das divisas em Angola coincide com a queda do preço médio do barril de petróleo. Este setor é o que mais gera receitas em moeda forte para Angola, entre 2011 e 2014, o preço médio do barril de petróleo era de 107,6 dólares por barril, apesar das fortes turbulências que ocorreram no mercado internacional nesse período. Mas de 2015 em diante o preço médio por barril cai sistematicamente chegando a 56,9 dólares (ROCHA, 2015). O começo da chamada crise de divisas se dá em 2014, obrigando o Banco Nacional a restringir os leilões de divisa que mantém com os bancos comerciais, voltando a restabelecer a partir de 2017.

Gráfico 4 – PIB Real e Taxa de Desemprego de Angola (%) – 2003 a 2017.



Fonte: elaboração própria, Contas Nacionais – Instituto Nacional de Estatísticas de Angola e TRADEECONOMICS.

A nova redistribuição setorial em Angola não impactou o mercado de trabalho com criação de novos postos de trabalho. Além disso, a redução relativa do setor petrolífero, deslocando as atividade antes ligadas ao setor externo para o interno, mais ligada ao comércio e a construção civil, também não mostram impactos significativos sobre o mercado de trabalho, seja por que não se reduziu a taxa de desemprego, seja porque não se alterou a participação relativa dos salários na renda nacional. O que houve em Angola, nos últimos 15 anos, foi uma mudança de proprietários apenas acompanhada de uma redução muito acentuada da participação do Estado na Renda

Nacional, de 1% em 2002, passando para 3% em 2009, diminuindo para 0% em 2017 como mostrado no gráfico 1 acima.

Essa fraca dinâmica recente do mercado de trabalho em Angola passa pela sua inserção na divisão internacional do trabalho, isto é, na forma como o mercado internacional de commodities influencia os rumos da economia angolana acabando preponderância as ocupações consideradas informais. A informalidade se torna o refúgio de muitos trabalhadores que perdem espaços na má distribuição da renda em Angola que tem consequência severas sobre a população através do aumento da pobreza.

A informalidade está bem presente na economia angolana e move o seu mercado de trabalho – em meio a falta de proteção e elevada incidência de pobreza. Num certo sentido, a informalidade em Angola se torna “redentora” na acepção aplicada por Manoel Malaguti (2000) ao descrever este fenômeno no Brasil.

3. Informalidade Como Solução para Problemas Estruturais.

Nos anos 80 do século XX, Cacciamali (apud ALVES e TAVARES, 2006) afirma que o setor informal é um elemento intersticial subordinado ao movimento das empresas capitalistas, sendo que os espaços ocupados pelo setor informal se ampliam nos momentos de progresso da economia e se retrai nos momentos de retração da economia. Sendo assim, o setor informal ocupa os espaços intersticiais que demandam pouca capitalização ao mesmo tempo que desenvolve atividades produtivas não capitalista, mas subordinadas as empresas capitalistas. As principais características destes espaços intersticiais do setor informal são:

- O trabalhador vivia de sua força de trabalho e, em alguns casos, utilizava-se do trabalho familiar ou, mais raramente, subcontratava ajudantes como extensão de seu próprio trabalho.
- Tinha como objetivo a obtenção de uma renda para consumo individual e familiar, visando a manter também sua atividade econômica; essa forma de trabalho não propiciava acumulação ao produtor direto.
- O proprietário mantinha o domínio sobre a totalidade das etapas que compunham aquela produção (CCCCIAMALI apud ALVES e TAVARES, 2006, p. 428).

Nestes momentos de crise, as grandes empresas, ou seja, as de maior produtividade, como às ligadas a cadeia produtiva do petróleo estão dando espaços as atividades comerciais e aquelas ligadas aos serviços e agricultura - as intersticiais.

A incidência da pobreza em Angola segundo um estudo realizado entre 2008 e 2009 era de 37%, o que significa dizer que 37 de cada 100 angolanos têm um nível de consumo abaixo da linha da pobreza. A diferença entre a área urbana e rural é significativa porque o nível de incidência da pobreza é três vezes mais alto nas áreas rurais do que nas áreas urbanas (58% e 19%, respectivamente). A população pobre está concentrada desproporcionalmente nas áreas rurais, porque 45% da população total vive nas áreas rurais em comparação com 72% da população pobre (IBEP, 2013). Redentora no sentido de que a informalidade se torna para a imensa massa de desocupados, para os trabalhadores expulsos do sistema salarial formal fornece a imensa, uma forma de "ganhar a vida" (MALAGUTI, 2000).

Esse deslocamento das atividades ligadas ao setor externo encabeçadas pelo setor petrolífero para as atividades ligadas ao setor interno como o comércio e a construção civil como mostram os dados acima, serve de escape ao grande capital com vista a valorização da mais-valia através do barateamento da força de trabalho nas atividades ligadas ao comércio.

Ao caracterizar a informalidade em Angola, Carlos. M. Lopes observa que as principais atividades ocupadas pelo trabalhador por conta própria são o comércio, varejista, semi-atacado e atacado. Existem outros espaços importantes como o dos transporte de passageiros e de mercadorias, a produção artesanal de bebidas alcoólicas e de bens alimentares confeccionados, a prestação serviços (entre os quais, o trabalho doméstico/ao domicílio), a agricultura e a pesca bem como o segmento financeiro informal que se faz sentir através do comércio ilegal de divisas e das associações de rotação de poupanças (LOPES, 2014).

Lopes (2014), ao caracteriza as atividades do setor informal em Angola por tipo, evidencia como estas atividades estão muito ligadas ao comércio e a prestação de serviços. Segundo ele, existem as atividades praticadas dentro da economia informal de subsistência que seriam aquelas atividades de produção e troca de bens e serviços realizadas no quadro da economia familiar, com finalidades de autoconsumo ou no âmbito das relações de reciprocidade e de solidariedade familiar e de vizinhança. O segundo conjunto de atividade se daria dentro da economia informal tradicional que no período colonial aglutinava de atividades já parcialmente praticadas de forma informal, em espaços econômicos bem delimitados – atividades como as dos engraxadores, escultores e comerciantes de artesanato, assim como as que são associadas aos ofícios e a relação laboral mestre-aprendiz (carpinteiros, alfaiates, mecânicos, entre outros).

O terceiro tipo é a economia informal de sobrevivência cujas atividades são orientadas. Estão aqui a produção de bens e a prestação de serviços, nomeadamente o micro e o pequeno comércio varejista, os serviços de reparação e manutenção, os serviços financeiros, os serviços pessoais e os serviços associados ao lazer e entretenimento.

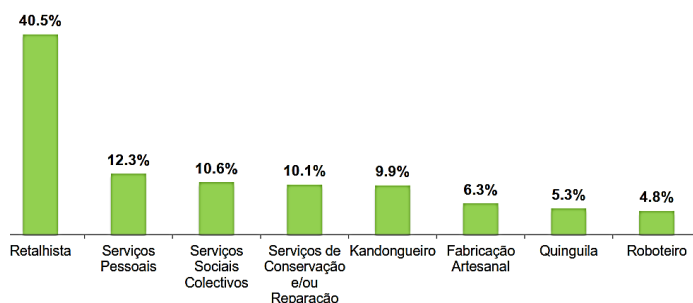
E por último, as atividades que se encontram na economia informal de rendimento – atividades orientadas para a geração de rendimentos, com finalidades de prover a satisfação das necessidades dos agregados familiares, mas também de permitir a acumulação de riqueza e de capital. Estão aqui as atividades mais rentáveis da economia informal que vai incluir o comércio varejista e atacado, o armazenamento, o transporte, a construção e a prestação de alguns tipos de serviços, práticas especulativas ou a exploração de rendas de oportunidade, e o comércio ilegal de divisas.

Entre 2008 e 2009, o Instituto de Estatística de Angola levou a cabo uma pesquisa com o objetivo de investigar o bem-estar da população e os resultados mostraram, no que se refere a informalidade, que 65% da população economicamente ativa em Angola são independentes ou trabalham por conta própria e 35% trabalham por conta de outrem, e ao analisar a população empregada por setor de atividade, se observa que a agricultura empregava 46% dos trabalhadores e os serviços 45 % e a indústria absorvia os infimos 9% (IBEP,2013).

Segundo uma pesquisa levada a cabo por Alexandre Ernesto e Gorete Capilo em 2018, nas províncias de Luanda, Cabinda e Benguela, com o título “a economia informal em Angola: caracterização do trabalhador informal”, 40% dos trabalhadores do setor informal estão alocados nas atividades varejistas (ou retalho segundo o português angolano). 12,3% em serviços pessoais, 10,6% em serviços sociais coletivos como mostra o gráfico 5 abaixo.

Fornecedores de água, coletores de lixo, empregados de colégios; atividades varejistas são aquelas ligadas ao comércio a porta de casa, nos mercados, bares, botequins e barracas; serviços pessoais são aqueles exercidos por empregadas domésticas, segurança, motoristas, engraxadores, cabeleiros etc.

Gráfico 5 – ocupação dos trabalhadores na economia informal, Angola, 2018.



Fonte: Ernesto e Capilo, 2018.

O trabalho de Ernesto e Capilo (2018), nos apresenta a dimensão e o impacto das especificidades históricas impostos pelo modo de inserção de Angola na senda internacional. Este trabalho nos mostra o impacto da economia informal que por hipótese estão os trabalhadores informais que compõem, segundo o estudo entre 25% e 65% da força de trabalho angolana. A informalidade, no caso angolano, acaba se tornando uma solução para um problema estrutural de inserção da classe trabalhadora herdado do movimento mais amplo do sistema capitalista com início na etapa escravista, sem desmerecer, como já frisamos, as relações de poder estabelecidas no passado e na contemporaneidade angolana.

4. Considerações Finais

A economia angolana tem passado por significativas alterações nos últimos 15 anos, desde o final da guerra civil que durou 27 anos desde 1975 a 2002. Essas mudanças não impactaram a distribuição da renda nacional angolana, apenas redistribuíram-se as atividades setorialmente, observando-se uma redução do setor petrolífero e como contrapartida um aumento relativo das atividades comerciais e, portanto, redução do fluxo de comércio externo.

Começamos por mostrar como a dinâmica da economia angolana está ligada ao seu modo de inserção na divisão internacional do trabalho e as suas especificidades sociais e históricas dado os limites que o regime de acumulação e seu respectivo modo de regulação impõem atualmente numa sociedade subdesenvolvida.

Mostramos que com isso, o mercado de trabalho angolano, em particular, sofreu alterações significativas, que não foram em favor do trabalhador angolano apesar da estabilidade política conseguida em 2002. Analisamos as Contas Nacionais tendo em vista a dificuldade de encontrar pesquisas relacionadas diretamente com o mercado de trabalho em Angola.

Mostramos ainda que houve diminuição na taxas de desemprego com as mudanças nas principais atividades econômicas do país, mas que essa diminuição ainda mantém o desemprego em nível muito alto e que as estatísticas oficiais não levam em conta o trabalho precarizado provocando assim um aumento da incidência de pobreza, causado pelo aumento da renda dos mais ricos e diminuição da renda dos mais pobres nesses últimos 15 anos em Angola. Vimos, por fim, que este estado de coisas vai se manifestar no problema da informalidade das atividades econômicas, como consequência nas relações laborais, tornando, portanto, a informalidade como a solução para um problema estrutural, tendo um dinamismo que tem providenciado à força de trabalho não absorvida pela economia como um todo uma forma de “ganhar a vida” de que fala Malaguti (2000).

REFERÊNCIAS

ALVES, M.A e TAVARES, M.A. A dupla face da informalidade do trabalho: "autonomia" ou precarização. In: Ricardo Antunes (organizador). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

CEIC. Relatório Económico de Angola - 2008: Universidade Católica de Angola.

ERNESTO, A; CAPILO, G. A economia informal em Angola: caracterização do trabalhador informal. Luanda, Osisa, 2018.

INGHAM, Geoffrey. Capitalism. Oxford: Polity Press, 2009.

INE (Instituto Nacional de Estatística), Contas Nacionais, 2002-2017

_____. Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-2009.

KON, Anita. A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Atlas Books, 2015.

LOPES, Carlos. M. A economia informal em Angola: breve panorâmica: Revista Angolana de Sociologia, 14 | 2014, 61-75.

MALAGUTI, Manoel Luiz. Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado. São Paulo, Boitempo, 2000.

MENEZES, Solival. Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2000.

ROCHA, José Alves da. Salários, distribuição de rendimento e crescimento equitativo. Luanda, Mayamba, 2014.

_____. Pensamentos soltos, mas estruturados sobre a economia e sociedade em Angola: os ciclos do petróleo em Angola desde 1987. Luanda, CEIC, 2015.

SILVA, Mara Eloise Caetano da. O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho angolano: estratégias, trajetórias e contextos socioprofissionais. Lisboa, Dissertação, 2013.

<https://pt.tradingeconomics.com/angola/unemployment-rate>. Acesso em: 18 mar de 2019.

Autores:

¹ Matheus Pedrosa Carneiro da Silva

¹Graduando em Ciências Econômicas - UFMA

INVESTIMENTO DIRETO ESTRAN- GEIRO: vantagens e desvanta- gens para empresas e países

Este artigo visa fazer uma breve análise a respeito da internacionalização do capital, mais especificamente através dos investimentos diretos estrangeiros. [...]

Este artigo visa fazer uma breve análise a respeito da internacionalização do capital, mais especificamente através dos investimentos diretos estrangeiros. Também será feito um levantamento do capital importado pelo Brasil e os diferenciais dos países que mais recebem o mesmo modelo de investimento, tentando entender os motivos que impulsionam essa migração de capital e o que leva alguns países a serem, portanto, mais propícios que outros para receberem empresas internacionais. Também será posto em discussão, quais seriam os principais pontos positivos e negativos por trás desse fluxo de capital, sendo notado que apesar da geração de emprego e aumento do PIB, a longo prazo o IDE pode acarretar desvantagens para o PNB da economia receptora. Ao longo do artigo, será contrabalanceado tais benefícios e malefícios dessa modalidade de entrada de capital.

Palavras-chave: IDE, Internacionalização do capital, multinacionais, produção.

1. Introdução

A divisão do trabalho já ressaltada por Adam Smith (1776, p.77) nos primeiros capítulos de sua obra magna, “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”, pressupôs que a maneira mais eficiente de se produzir, é especializando ao maior nível possível a produção, sendo assim, a produção é delimitada pela divisão do trabalho e a divisão é limitada pelo tamanho do mercado, dessa forma, expandir os limites de sua produção, e vendê-la transpassando as barreiras fronteiriças de seu próprio país, seria a chave para o crescimento da riqueza de uma nação.

O presente artigo propõe uma abordagem sobre esse tipo de fenômeno, a internacionalização do capital e a produção de mercadorias fora do país de origem de uma dada empresa, visando o barateamento da produção e aumento da produtividade, tornando o produto mais competitivo fora do seu país, ampliando assim sua área de atuação no mercado.

Existem dois principais tipos de investimento estrangeiro que podem incidir sobre um país: o fluxo de capital, e o investimento direto. Para falarmos um pouco mais sobre os dois iniciaremos primeiro uma discussão sobre o fluxo de mercadorias, analisando seus pontos fracos para destacar alguns motivos que levam as empresas a transportarem sua produção para fora de seu território original.

O fluxo de mercadorias acontece quando já é enviado o produto final para as mãos do consumidor estrangeiro, dessa forma, a produção não é feita no país de destino da mercadoria, as desvantagens, são principalmente os custos de transporte e das taxas de importação dos países

receptores, no Brasil, por exemplo, esse tipo de tarifa para a compra direta de um consumidor que importa um produto do exterior, pode ultrapassar os 50%, segundo a Agência dos Correios, dessa forma, o produto perde competitividade, induzindo a compra de substitutos imediatos produzidos no próprio país.

“O valor da tributação é definido pela Receita Federal do Brasil, com alíquota única do Imposto de Importação de 60% sob o valor aduaneiro (incluindo valor da mercadoria, frete e seguro, se houver)” (CORREIOS, 2018).

Dessa forma, externalizar sua produção pode vir a gerar um ganho de competitividade pela empresa e assim conseguir com mais sucesso abrir um mercado exterior para demandar seu produto, é então que se a ideia de transportar parte de seus recursos produtivos para um novo país se mostra efetiva.

O fluxo de capital é o primeiro modo de externalizar o investimento, nesses casos se apresentando na comercialização de títulos ou ações. Empresas ou governos podem subsidiar investimentos em outros países através do mercado financeiro, sem necessariamente participar do processo produtivo em si. Dessa forma, é comum empresas investirem na compra de títulos da dívida pública no exterior, ou mesmo na aquisição de ações de uma outra empresa estrangeira, tendo seu lucro no pagamento de juros e dividendos.

É válido lembrar, que nem todo capital transferido internacionalmente através da compra de títulos públicos e ações é convertido em investimentos efetivos, uma vez que o país ou empresa receptora desse capital tem total liberdade para decidir como agir com o mesmo ele pode nunca chegar a ser usado como investimento. Todavia, em muitos casos é o que acontece e, portanto, entra como uma modalidade de investimento internacional.

O segundo tipo de investimento internacional, será de fato o alvo desta análise, o investi-

mento direto estrangeiro (IDE) se consolida quando uma empresa decide transportar a produção, ou parte dela, para fora do seu país de origem. Nesse modelo, ao se instalar em sua nova sede, a empresa geralmente irá utilizar os fatores de produção local, como matéria-prima e mão de obra, podendo focar tanto em abastecer o mercado daquele país, quanto em produzir para a exportação, nesse caso, valendo-se apenas das vantagens produtivas daquele local em relação aos demais. Veremos então, quais os principais atrativos que um país pode ter para que uma empresa decida investir ali e o que o país ganha ou perde com a vinda dessas empresas para tentar balancear até que ponto é saudável buscar por investimento direto estrangeiro.

2. Atrativos ao IDE

Observa-se que um dos principais motivos para a instalação de uma empresa em um determinado país é a mão de obra, países com um nível mais avançado de escolaridade e especialização, tendem a ser mais procurados por empresas na hora de externar seu capital.

A maioria das empresas, utiliza processos tecnológicos em sua produção, como o setor de eletrônicos ou de automóveis. Sendo assim, têm uma demanda muito grande por profissionais capacitados para produzir suas mercadorias. Países com um alto nível de escolaridade têm de forma mais abundante tais tipos de mão de obra, o que a torna mais barata e acessível para a empresa, tornando-se, portanto, um atrativo para o investidor. Por outro lado, países com um baixo nível de desenvolvimento social, tendem a ter um número reduzido de profissionais capacitados para a produção, resultando em uma acentuada dificuldade em atrair capital internacional.

Mas não apenas a especialização é levada em conta na hora de se analisar as vantagens oferecidas pela mão de obra em um país, o preço dos salários é outro fator de extrema importância, países com um nível salarial mais baixo, fazem os custos de produção caírem, melhorando assim o preço final do produto. Apesar de parecer inversamente proporcional, já que seria plausível de se constatar, que quanto mais intelectualizada é a mão de obra de um país, mais cara ela se torna, alguns países como a China, conseguem manter níveis salariais baixos e um nível de escolarização alto. Países assim tendem a ser extremamente visados por empresas na hora de internacionalizar sua produção.

Levantando a questão da disponibilidade de mão de obra em um determinado país e o preço dos trabalhadores no mesmo, não há como não se voltar para a questão das leis trabalhistas vigentes nesse país. Um país com maior quantidade de leis trabalhistas onera o custo do trabalho visando uma melhoria de vida ao trabalhador, por outro lado, encarecem da mesma forma, os custos de produção, que novamente se tornam menos atrativos ao capital internacional.

Países como os Estados Unidos, China e Hong Kong, que têm legislações trabalhistas mais flexíveis, hoje lideram o ranking mundial de recebimento de investimentos estrangeiros segundo o site do governo federal (Brasil.Gov.br, 2014):

A lista realizada pela ONU é encabeçada pela China (US\$ 129 bilhões), Hong Kong (US\$ 103 bilhões), Estados Unidos (US\$ 92 bilhões), Reino Unido (US\$ 72 bilhões) e Cingapura (US\$ 68 bilhões). " (GOVERNO DO BRASIL, 2017)

Não obstante, todos os países do topo da lista dos investimentos internacionais, tem um alto grau de escolaridade e mão de obra técnica e especializada disponível para ofertar às empresas que visam se instalar em seu território.

O segundo ponto importante para uma

empresa na hora de se instalar em um país, são os incentivos fiscais. A ideia central da migração de capital é justamente tornar seu produto mais atrativo, mas para isso as empresas esperam cargas tributárias mais leves, de forma a manter os baixos preços dos produtos. Um exemplo de como a carga tributária pode pesar na decisão de um investimento direto, foi a Apple, empresa de produtos tecnológicos Norte Americana, que em 2017, justamente por esse motivo, desistiu de construir sua primeira montadora no Brasil, que visaria a produção de “iPads”, famoso produto da marca. Segundo a revista da online da WindowsTeam:

“Assim como fez a Microsoft, a Sony, a Xiaomi a HTC e tantas outras empresas que já produziram eletrônicos no Brasil, mas que posteriormente abandonaram nosso mercado, a Apple também desistiu de montar seus iPads em solo brasileiro. O motivo é o mesmo alegado por todas as demais... impostos...” (WINDOWS TEAM, 2018)

Por volta do final de 2015, houve no Brasil o término do que ficou conhecido como “Lei do Bem”, uma lei que tinha por objetivo, promover incentivos fiscais às empresas que visassem a criação e o desenvolvimento de propostas tecnológicas dentro do país. Empresas de tecnologia, como montadoras de celulares e computadores foram beneficiadas através dessa lei e tiveram suas cargas tributárias reduzidas. Em novembro de 2015 houve, no entanto, a revogação dessa lei tornando assim, as cargas tributárias mais pesadas, algumas empresas, como a Apple, se sentem menos inclinadas a investir e procuram países com maiores vantagens para o seu produto.

Outro motivo que leva as empresas a quererem se instalar em um determinado país, é sua localização estratégica. Uma empresa com desejos de implantar uma filial em um território, para abastecer o seu respectivo mercado, muitas vezes recebendo concessões fiscais no momento de sua instalação, como citado anteriormente, deixaria de pagar as barreiras alfandegárias e dessa forma conseguiriam abrir espaço de mercado

na economia receptora de seu capital.

De tal maneira, as vendas naquele país se tornariam mais simples, e a empresa aumentaria seus lucros ao diminuir os custos de transporte e imposto de importação, sendo muitas vezes mais competitivos que os próprios produtos nacionais daquele país. Além disso, a proximidade com as principais fontes de matéria-prima evita que a empresa gaste com o deslocamento dos insumos produtivos, dessa forma tendo a vantagem de encontrar seus produtos primários no país em que será produzido sua mercadoria.

Por outro lado, a empresa pode não visar somente atender ao mercado interno do seu país de destino, mas produzir ali para a exportação. Nesse caso, a empresa se vale dos benefícios que o país vem a oferecer para diminuir seus custos de produção, como o custo/benefício da mão de obra, proximidade com as matérias-primas e benefícios fiscais, de forma que venha a compensar os custos com o transporte do produto final aos seus respectivos destinos, sendo mais vantajoso produzir ali, que diretamente no país que será efetuada a venda.

Um exemplo disso é o mercado mundial de calçados, as principais empresas de tênis esportivo no mundo como a Nike e a Addidas, concentram suas empresas em países como China, Indonésia e Vietnã, justamente por conta das vantagens produtivas desses países, mas não visam necessariamente abastecer os mercados internos deles, pelo contrário, a maior parte da produção é exportada e enviada a diversas partes do mundo, como por exemplo, o Brasil.

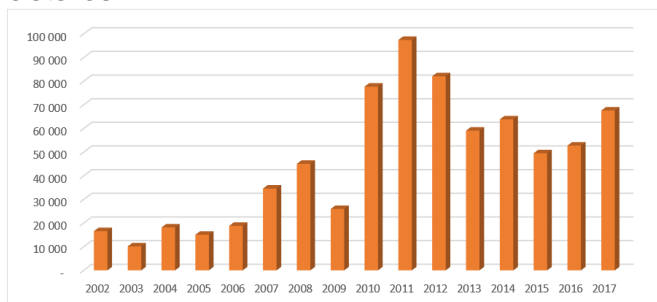
Passando agora para a questão da infraestrutura, é essencial para uma empresa, que o país que irá recebê-la tenha um nível estrutural satisfatório para rodar a produção. Estradas, ferrovias, portos, aeroportos, são alguns pontos de grande importância na hora de uma empresa se instalar

em um novo destino.

Por fim, aquele que talvez seja o mais importante fator para a atração do investimento direto estrangeiro, a estabilidade econômica. É primordial para um país que pretende importar essa modalidade de capital, ter suas variáveis econômicas como o câmbio e a inflação sob controle, geram um cenário ideal para o IDE. Dessa forma, a empresa tem garantias de que seus lucros não serão corroídos por uma excessiva flutuação no câmbio na hora de exportar o produto ou por um descontrole inflacionário nos preços dos insumos de produção que levaram àquela empresa se instalar no país.

Para exemplificar, o gráfico abaixo mostra o recebimento de IDE no Brasil nos últimos 15 anos:

Gráfico 1 - Série histórica dos Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil em milhões de dólares



Fonte: Banco Central: 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM6)

Como mostra a série histórica de investimentos no Brasil, emitido pelo balanço de pagamento do Banco Central, em 2009, com a crise financeira mundial e com as incertezas e instabilidades praticamente no mundo inteiro, o Brasil registrou sua primeira grande queda no IDE dos últimos 15 anos chegando a marca da redução de 42,4% em relação a 2008.

O Brasil, entretanto, conseguiu se manter estável em meio à crise internacional em 2009, tendo a inflação abaixo do centro da meta, se mantendo na faixa de 4,31% (IPCA, 2009), mos-

trando constância e fechando o ano abaixo dos 5,90% auferidos em 2008, isso em plena crise mundial.

O dólar por sua vez, mesmo tendo passado por um curto período de instabilidade entre setembro de 2008 e maio de 2009, chegando à casa dos R\$ 2,395 em dezembro, logo voltou ao seu patamar original, e fechou o ano seguinte com a mesma estabilidade que vinha tendo nos anos anteriores flutuando entre R\$ 1,60 e R\$ 1,80.

O mercado internacional passou a ver com bons olhos os investimentos no Brasil, tendo-o como um país estável mesmo em meio à uma crise global. Dessa forma, em 2010, o crescimento dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil teve um crescimento muito próximo à casa dos 200% em relação a 2009, indo de 25 949 para 77 687 (em milhões de US\$) alavancando a produção nacional.

Em contrapartida, o início da recessão no país, fez com que esses investimentos logo em seguida comesçassem a cair, o processo que se iniciou em 2012 e teve seu ponto crítico em 2015, com a inflação chegando próximo ao segundo dígito e o dólar com altos índices de oscilação, fizeram com que o IDE caísse 50,8% no período de 2011 a 2015, tendo em 2013 a principal redução nos investimentos.

A combinação de todos esses fatores é levada em conta na hora da decisão de uma empresa de abrir ou não uma filial no país, para aplicar seus investimentos com o menor nível possível de incerteza e a tentativa de maximização dos seus lucros através de uma redução de custos aliado à expansão em seu mercado.

Em 2009 com o fechamento do banco Lehman Brothers houve uma cadeia de eventos destrutivos que afetaram negativamente grande parte das economias no mundo gerando um clima de incerteza aos investimentos.

2. Vantagens à economia receptora do IDE

Foi tratado até aqui das vantagens que uma empresa espera para o seu produto caso ele seja produzido em um determinado país, agora será analisado o inverso, o porquê de um país buscar o investimento direto estrangeiro. Assim como as empresas buscam por mão de obra, o país de destino da empresa fornecerá essa mão de obra, dessa forma, esse é o primeiro grande benefício ao receptor do IDE, geração de empregos.

A entrada de capital internacional em um país na forma de IDE irá gerar os mais variados tipos de emprego, desde a produção científica/tecnológica, aos serviços gerais como limpeza e transporte dos quais a empresa irá se valer. Essa geração de emprego se transformará em geração de renda, que por sua vez irá movimentar o consumo no país, gerando desenvolvimento local. Talvez esse seja o principal motivo para um país buscar o IDE.

Ao entrar no Brasil, uma empresa genérica, irá precisar de funcionários para sua produção, no caso de uma empresa de aparelhos eletrônicos, cientistas e engenheiros da computação irão compor a maior parte do corpo de sua mão de obra técnica especializada, mas ela também irá precisar de matéria-prima como plástico e vidro, que muitas vezes são produzidos no país de destino dessa empresa e absorvidos por ela, o que também gerará renda e emprego nas empresas de produção desses insumos.

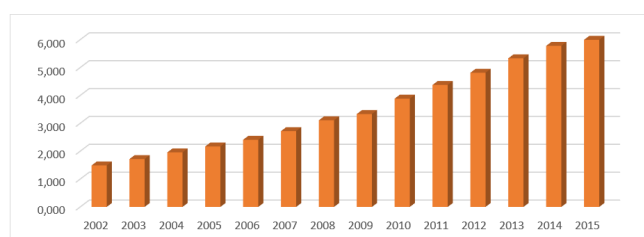
Ela também precisará construir uma sede, ou comprar uma no mercado imobiliário, e precisará de funcionários para gerir e manter os negócios da filial. Precisarão também de energia, que será vendida pelas concessionárias de energia

daquele país. Tendo sua produção finalizada, a nova empresa precisará transportar seu produto, e depois vendê-lo. Em todos esses estágios, a empresa costuma utilizar-se de produtos e serviços do local em que se instalou, uma vez, que a disponibilidade dos mesmos é um dos fatores mencionados acima como importantes para uma empresa na hora de decidir onde produzir.

A empresa por sua vez, movimentará toda uma cadeia produtiva, que envolve: desenvolvimento, montagem, distribuição e venda do seu produto. Entra aí, a teoria do multiplicador Keynesiano (Keynes, 1936), que sugere que o produto final movimentado naquela economia irá sofrer um efeito multiplicador se tornando superior ao capital investido inicialmente pela empresa.

O segundo interesse do país em atrair empresas internacionais, é a cobrança de impostos. Nesse quesito existem duas forças opostas, as empresas querendo incentivos fiscais com cobranças mais leve das taxações, e o governo querendo taxar a produção e obter uma parcela do capital investido. Apesar de que muitas vezes o governo concede tais incentivos, eles nem sempre são de isenções totais dos impostos, o que faz com que de qualquer forma, o governo acabe lucrando uma parcela do capital aplicado. No mais, como a empresa gerará renda, e essa renda gerará consumo, os próprios impostos indiretos aumentarão a receita do governo, sendo assim, um grande incentivo para a busca desse capital internacional.

Gráfico 2 - Série histórica do PIB do Brasil (em trilhões de reais)



Fonte: SIDRA, IBGE, 2018

Por fim, todos esses fatores gerarão um inevitável aumento no Produto Interno Bruto do país. Como é possível notar, o ano de 2010 é o ano que representa o maior crescimento do PIB na série histórica dos últimos 15 anos, crescendo 7,5% em termos reais. Analisando o gráfico 1, mostrado acima, 2010 também foi o ano em que o IDE teve seu mais acentuado crescimento, chegando a um aumento de 42,4% em relação ao mesmo período. Nitidamente, o IDE é apenas um dos diversos fatores que exercem influência sobre o PIB de um país, mas não podemos deixar de notar a importância dele na produção brasileira.

Por último, vale ressaltar que o país ganha em facilidade de acesso aos produtos, uma vez que os consumidores conseguem encontrá-los a preços bem mais acessíveis do que quando eram produzidos fora do país. Além disso, o aumento da competitividade fomenta a indústria nacional a melhorar, caso contrário perderá espaço dentro do mercado nacional, pois os preços mais baixos que antes eram um diferencial em relação ao produto internacional que tinha tarifas alfandegárias pesando sobre seus produtos, deixa de existir.

3. Malefícios da importação IDE

Apesar da entrada de capital estrangeiro direto em um país, trazer vários benefícios à economia receptora desse capital, alguns efeitos colaterais podem ser observados, a começar pelo encolhimento da indústria local em detrimento da chegada de empreendimentos estrangeiros. Na década de 90, houve uma significativa abertura comercial durante o governo do Presidente Fernando Collor, principalmente nos setores de produtos químicos, automobilísticos, alimentícios,

bebidas, máquinas e equipamentos, por ordem de grandeza. O IDE na década de 90 passou de 4,4 bilhões de dólares em 1995 para 32,7 bilhões em 2000, um aumento superior a 600%, segundo dados do Balanço do Banco Central Brasil.

A tabela abaixo mostra a quantidade de empresas nacionais somando as públicas e as privadas em comparação com as empresas estrangeiras que compunham a economia brasileira no período de 1985 a 2000:

Tabela 1 – Composição (%) das 500 maiores empresas brasileiras

Ano	Empresas Estrangeiras	Empresas Nacionais (Estatais + Privadas)
1985	28,5	71,5
1990	31,0	69,0
1995	33,3	66,7
1999	44,7	55,3

Fonte: Adaptado da Revista Exame Maiores e melhores, São Paulo: Abril, junho de 2000, p.20.

Dados da Revista Exame Maiores e Melhores

No mesmo período, em que se iniciou esse crescimento nos investimentos direto no Brasil, a participação das empresas nacionais no cenário das 500 maiores empresas do país caiu de 71,5% para 55,3%.

Segundo J.C Miranda e M.C Tavares, no livro “Estratégias de conglomeração a concorrência no setor industrial” de 1999, esse processo de abertura ao IDE na década de 90, acabou sendo um dos motivos que empurrou o empresariado Brasileiro para o agronegócio, e fazendo o produto nacional permanecer em produtos de baixo valor agregado como o setor de commodities.

Já o autor Geoffery Jones, enumera alguns aspectos sobre o impacto das multinacionais nas economias receptoras, mostrando que a curto prazo elas trazem muitos benefícios como a geração de emprego e a inserção de novos produtos ao mercado, porém as empresas consequentemente irão fazer remessas de lucro às suas

matrizes no exterior, o que não acarretará em um aumento na Renda Nacional da mesma forma que foi aumentado o Produto Interno Bruto.

A longo prazo, isso pode se tornar ainda mais prejudicial, uma vez que as empresas estrangeiras podem acabar englobando muitas vezes, mercados que eram anteriormente de empresas nacionais, e como seus lucros não permanecerão no país, o produto nacional pode vir a sofrer as consequências a médio e longo prazo. Dessa forma, a renda nacional disponível de um país que concentra seus investimentos apenas em IDE, pode vir a ser menor.

Como já citado, a geração de emprego aumentará o nível de renda dentro do país, mas por outro lado, as remessas de lucro enviadas ao exterior, aliado à forte concorrência com o produto nacional, acabam por gerar uma balança que pode tender para um lado ou para outro variando de caso a caso. Empresas que se instalam em países subdesenvolvidos, com baixa especialização da mão de obra, tende a trazer na bagagem, profissionais qualificados para exercerem suas funções mais altas na produção e gerência da empresa, sendo que tais funções representam os maiores salários que a empresa tem a oferecer, o que faria nesses casos, a tal "balança" pender para a diminuição do PNB do país em detrimento de um aumento de PIB.

4. Conclusão

Em suma, o que uma empresa espera de um país na hora de se instalar, de certa forma acaba sendo o mesmo que o país espera de uma empresa que irá receber. A empresa visa por exemplo, boa mão de obra e proximidade para comprar suas matérias-primas, o Estado, almeja o aumento no nível de emprego e a venda de seus produtos

primários, para gerar um efeito multiplicador em sua economia.

A reunião desses fatores acaba sendo um atrativo tanto para a empresa, quanto para o país, na hora de efetivar essa migração de capital. O IDE, traz diversos benefícios ao país, mas também pode vir a deteriorar a indústria nacional, e ajudar a empurrar a produção do país a setores de menor valor agregado, como o setor de commodities no Brasil. E pode não compensar isso com geração de empregos, principalmente quando a economia receptora é subdesenvolvida.

É possível então inferir que o investimento estrangeiro direto é bem-vindo em uma economia, mas o país deve se atentar às interferências dele sobre sua indústria nacional, e adotar medidas de incentivo para que o seu produto não venha a ser atingido negativamente por essa entrada de capital. Dessa maneira é possível conciliar a injeção de empregos e renda a curto prazo, sem comprometer o crescimento do PNB do país a médio e longo prazo, criando um cenário ideal de crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

ACI-NH/CB/EV. Cotação dólar 2006-2018. Disponível em: <<http://www.acinh.com.br/servicos/cotacao-dolar>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 6º edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM6). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#/n/6MANBALPGTO>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

CORREIOS. Importações de até US\$ 500,00. Perguntas frequentes. Disponível em: <file:///C:/Users/JULIO/Downloads/PerguntasFrequentes-Importacoes_ate_500>. Acesso em: 08 dez. 2018.

EQUIPE HANDS-ON SOLUTIONS. MP 690/15 e a revogação da Lei do Bem. Disponível em: <<http://www.hsce.com.br/blog/mp-69015-e-a-revogacao-da-lei-do-bem/>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

GOVERNO DO BRASIL. Brasil é o 6º país que mais recebe investimento estrangeiro. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/06/brasil-e-o-6o-pais-que-mais-recebe-investimento-estrangeiro>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

IBGE SIDRA. Contas Nacionais Anuais: Tabela 6784 - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, População residente e Deflator. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6784>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

KEYNES, Jhon Maynard. (1935). A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas)

MIRANDA, J.C.; TAVARES M. C. Brasil: Estratégias de conglomeração, FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MICHELLE KERNS. Ehow Brasil. Como são produzidos os tênis da Nike? Disponível em: <https://www.ehow.com.br/produzidos-tenis-nike-como_24046/>. Acesso em: 08 dez. 2018.

RIBEIRO, Fabiana. Inflação pelo IPCA foi de 4,31% em 2009, abaixo do centro da meta oficial. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/inflacao-pelo-ipca-foi-de-431-em-2009-abaixo-do-centro-da-meta-oficial-3070056>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VON TUNZELMANN, G. N.; JONES, Geoffrey. The Evolution of International Business: An Introduction. The Economic History Review, [s.l.], v. 49, n. 3, p.631-632, ago. 1996. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2597797>.

WINDOWS TEAM MICROSOFT BLOG. Apple desiste de montar iPads no Brasil devido a falta de incentivos fiscais. Disponível em: <<https://www.windowsteam.com.br/apple-desiste-de-montar-ipads-no-brasil-devido-a-falta-de-incentivos-fiscais/>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

Autores:

João Carlos Souza Marques
Renan Lessa da Costa

ECONOMIA BRASILEIRA, DESENVOLVIMENTO & INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: Recomendação e Breve apresentação para o livro.

As eleições de 2018 permitiram que o universo acadêmico observasse um grande gap nacional. Um buraco que não tangencia somente a esfera política que ficara exibida nos debates dos últimos meses do respectivo ano. A discussão política federal expôs a fragilidade do debate público no que tange às noções necessárias de macroeconomia e aos projetos de desenvolvimento, exibindo a fraqueza com o qual a população, em geral, enxerga, constrói e dispõe suas noções de desenvolvimento econômico. Evidenciou-se a perspectiva imediatista e de baixo planejamento estratégico para desenvolver o Brasil; exacerbaram-se assuntos de elevada polêmica que intensificaram, a partir de discursos de ódio, a divisão entre esquerda e direita em um país subdesenvolvido; desviou-se o debate, decantando problemas e métodos comuns que aproximem posicionamentos políticos divergentes, trazendo protagonismo a assuntos que, embora possuam suas virtudes, evadem-se de um planejamento de desenvolvimento – que inclusive é passível de solucioná-los.

Em 2019, visando explicar questões relativas ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro e fornecer informações cruciais ao mundo acadêmico e a população em geral os professores Ricardo Zimbrão Affonso de Paula; João Gonsalo de Moura; Alexandro Sousa Brito; Nilson Araújo de Souza organizaram a obra *Economia Brasileira, Desenvolvimento & Integração Sul-Americana* em parceria entre a Universidade Federal do Maranhão e seus grupos de Pesquisa (Economia Regional Aplicada - ERA, Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroeconomia - GRAMMA e Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica - GEEPHE) e com pesquisadores e professores de outras importantes universidades brasileiras, tais como a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA),

Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de São Paulo (ESAMC) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Este livro, construído a partir de trabalhos acadêmicos selecionados de e por professores, pesquisadores e alunos de mestrado e doutorado, concatena estudos específicos que compreendem áreas necessárias na abordagem do processo de desenvolvimento do país. Pode-se subdividir os trabalhos dispostos nessa obra em três grandes temas, conforme o próprio título nos insinua: 1) Análise macroeconômica do Brasil; 2) Estratégias de desenvolvimento econômico e o 3) Processo de integração sul-americana.

Os grandes temas se articulam possibilitando ao leitor compreender que no país faz-se primordial a discussão do desenvolvimento econômico nas várias camadas da sociedade e da política. Para isso, desenha-se um diagnóstico da economia brasileira, iniciando com uma perspectiva histórico-econômica contemporânea do país. Discutem-se pontualidades problemáticas da estrutura e conjuntura econômica que o país enfrenta e enfrentou nos anos recentes. Destacam-se pontos como inflação, câmbio, intensidade e qualidade tecnológica, commodities e as atividades produtivas com seus setores, dando grande enfoque para a atividade industrial e as necessidades de desenvolvimento de infraestrutura e capital humano. Aborda-se desde a temática da desindustrialização nacional até a necessidade de manutenção e valorização do setor industrial para o crescimento econômico. Não obstante, essa coleção de valiosas obras traz também considerações sobre variáveis de cunho social para compor o quadro de importantes diálogos, a exemplo da questão dos direitos humanos e os relacionam com desenvolvimento econômico.

Não se pode ater esse livro, porém, à mera diagnose dos problemas econômicos brasileiros. Estão presentes discussões de estratégias voltadas a atingir solidas soluções ao subdesenvolvimento nacional. A perda de participação da indústria nacional em relação ao Produto Interno Bruto, por exemplo, desenha um cenário conturbado que nos faz perceber uma rota à desindustrialização, da qual esperam-se consequentes perdas de postos de trabalho, destruição da capacidade instalada, aumento da desqualificação, (i.e., perdas de qualidade do capital humano), redução da renda e, por fim, esperada diminuição da demanda agregada. É diante disso que a construção de prognósticos torna-se necessária, desenhando-se nos debates acerca de estratégias para reconstrução da indústria nacional e integração econômica.

No cerne do debate da reestruturação industrial discute-se como se dará o método de inserção dessa atividade no país diante das transformações internacionais e da falta de infraestrutura local, imediatamente necessária para viabilizar os investimentos privados. Surge fortemente na discussão, o impacto das escolhas de produção do país e como substituir sua pauta de exportação, concentrada em commodities, produtos de baixo valor agregado, que utilizam de mão-de-obra menos especializada, resultando em menores salários e má distribuição da renda. São também mercadorias voláteis às oscilações internacionais de preços, que deterioram facilmente nossos termos de troca e nos tornam menos propensos a aproveitar nossas vantagens comparativas em relação aos parceiros comerciais, nos levando a priorizar a importação de produtos de alta intensidade tecnológica e complexidade econômica.

O destaque à necessidade de viabilizar projetos e investimentos estruturantes que construam e desenvolvam nossa infraestrutura

depreciada é crucial para dar pontapé ao processo de re-industrialização ou ao menos à possibilidade de avançar progressivamente no segmento. Aspectos estruturantes ainda são muito carentes no país e impedem o desenvolvimento de regiões longínquas e esquecidas dos interiores das Unidades da Federação, sobretudo, naquelas mais pobres do Norte e Nordeste, carentes de acesso não só a serviços complexos como internet e rede bancária, como também serviços básicos, saneamento e fornecimento de água. A precariedade da infraestrutura é algo comum entre nossos parceiros latino-americanos, com os quais em muitos cenários podemos compartilhar nossos recursos para avançar comumente em um panorama de desenvolvimento mútuo, pauta levantada, há décadas, porém na qual pouco avançamos em termos de acordos e cooperação.

Com nossos companheiros latino-americanos, esse trabalho também destaca fenômenos compartilhados, que possuem potencial a ser explorado pelas políticas econômicas para mutualmente pujar o desenvolvimento dessa parte do continente. Retomando a infraestrutura, ressaltam-se os projetos de desenvolvimento do acesso e produção de energia, dado que o mal aproveitamento das usinas, má estruturação, baixa qualidade tecnológica, dificuldades de iniciar produção e distribuição e altos custos, em geral, impactam a atividade industrial e econômica em toda a região.

A obra também destaca a perspectiva de autores que relacionam nossas peculiaridades culturais ao que nós, latino-americanos, enxergamos como capacitor de produtos e serviços propriamente nossos, àquilo que estamos habilitados e nos enxergamos como identidade de nossas atividades produtivas. A compreensão da necessidade de a América Latina, encontrar sua autonomia ante a visões externas e dominantes

ou ao fornecimento de suas atividades capitalistas, possibilita fomentar a expansão da exploração de nossas vantagens comparativas em prol de nós mesmos. Em outras palavras, ao adquirirmos corajosamente nossa própria identidade, lograremos melhor nossos recursos para desvendar atividades produtivas geradoras de complexidade e desenvolvimento com base naquilo que nos identificamos.

Pode-se, portanto, resumir nessa breve introdução que essa obra constrói um enredo de potencialidades para o desenvolvimento brasileiro a partir de inúmeros diagnósticos com base em dados, acontecimentos e análises de indicadores. Adicionalmente, propõe-se oferecer ferramentas e prognósticos de e para soluções de muitas das mazelas da economia nacional. As inúmeras óticas adotadas conforme os diversos especialistas e suas áreas de estudo permitem que quaisquer leitores cheguem diversas ideias e formas de solucionar problemas. Ainda assim, uma conclusão comum deve estar na cabeça de qualquer intérprete desse documento: o Brasil deve discutir e desenhar seu planejamento econômico.